

REVISTA DO Brasil

nº 13 junho/2007

www.revistadobrasil.net

Na educação,
na arte, na dança,
atitudes que elevam
a auto-estima de um
país que se reinventa

DANÇA DA COMUNHÃO

Rubens
Martins, da
Companhia
Ivaldo
Bertazzo,
leva sua
experiência
para a
comunidade
onde vive

(atitude)



Conteúdo

JUSTIÇA 8

Lei que ajuda a recuperar jovem infrator já existe. É só cumprir

MÍDIA 12

O Brasil começa enfim a discutir um sistema público de rádio e TV

ENERGIA 16

A retomada de Angra 3, os riscos e os benefícios da opção nuclear

MUNDO 20

Os passos da missão de pacificar um país marcado pela pobreza

HABITAÇÃO 28

Dias de sem-teto no mar de lonas do acampamento João Cândido

ENTREVISTA 30

Antonio Nóbrega e a riqueza, de sonho e conteúdo, da arte popular

CAPA 36

Ivaldo Bertazzo ensina adolescentes a levar arte para suas comunidades

PASQUALE 42

O complexo vocabulário médico em nossa língua portuguesa



Adolescentes devoradores de cultura

VIAGEM 44

Festa literária, em julho, dá toque multicultural ao charme de Paraty

SEÇÕES

Cartas 4

Ponto de Vista 5

Resumo 6

Curta essa dica 48

Crônica 50

Carta ao Leitor



PAULO PEPE

Antonio Nóbrega, na entrevista: olhar atento sobre a cultura brasileira e suas possibilidades

Um Brasil que desembaça

Este texto começa sugerindo ao leitor que pare por aqui. Agora, folheie toda a revista, passeie os olhos pelas páginas, saboreie alguns títulos e fotos, pe-tisque alguns trechos, olhe-a como um todo, de trás para a frente, de frente para trás. E só depois volte aqui.

A sensação é que das páginas pululam pequenos pedaços deste nosso Brasil, como uma remixagem da *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, aquela do “meu Brasil brasileiro”, que tem coqueiro que dá coco. Pedaços de um Brasil brasileiro, que busca caminhos para seus adolescentes infratores, que mostra quais podem ser as cores do arco-íris aos cegos de nascença do sistema público de rádio e televisão, que discute prós e contras da energia nuclear – aqui no Brasil, *yes*, nós temos ciência; que não quer deixar se perder idéias como o Projeto Boracea.

O Brasil das pessoas que fazem aqui e agora a luta pelo seu pedaço de chão, o desafio dos estudantes e professores que defendem a universidade pública, o novíssimo cinema brasileiro e o velho futebol. De gente como Antonio Nóbrega, que retoma a missão desta revista: atuar, transformar, como a dança que modela seres humanos por inteiro, a que dá reportagem de capa. E até no texto internacional, do Haiti, aflora a experiência dos brasileiros, soldados que tentam ali ajudar a construir a paz.

Esper. Falta alguma coisa? Uma matéria específica sobre política? A conjuntura econômica? Textos que falam de parlamentares, partidos, governantes e aparecem em abundância no dia-a-dia da mídia? Talvez. Mas desta edição transparece muita vontade política de fazer crescer os coqueiros que dão coco, já que o noticiário político mostra um Brasil embaçado, raramente buscando novos caminhos. Indicadores econômicos ajudam a pensar o futuro, mas investigar os valores humanos, vivos, em movimento pela vida sobressai sobre estatísticas, contas e projeções. Aqui, cada pedacinho de reportagem põe em prática o ideal da revista. Um Brasil desembaçado. ☺

Conselho editorial

Adi Santos Lima (FEM/SP); Artur Henrique da Silva Santos (CUT-Nacional); Carlos Alberto Grana (CNM-CUT); Carlos Ramiro de Castro (Apeesp); Djalma de Oliveira (Sinergia CUT/SP); Eduardo Alencar (Sindicato dos Bancários do Mato Grosso); Edilson de Paula Oliveira (CUT-SP); Edson Cardoso de Sá (Sindicato dos Metalúrgicos de Jaguaruana); Ivan Gomes Caetano (Sindicato dos Bancários de Patos de Minas e Região); Izídio de Brito Correia (Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba); Jacy Afonso de Melo (Sindicato dos Bancários de Brasília); José Carlos Bortolato (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Editoras de Livros); José Lopez Feijóo (Sindicato dos Metalúrgicos do ABC); Laercio Alencar (Sindicato dos Bancários do Ceará); Luiz Cláudio Marcolino (Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região); Marcos Benedito da Silva (Afubesp); Paulo Lage (Sindicato dos Químicos e Plásticos do ABC); Renato Zulato (Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo); Rita Serrano (Sindicato dos Bancários do ABC); Rui Batista Alves (Sindicato das Bebidas de São Paulo); Sebastião Cardozo (Fetec/CUT/SP); Sílvia M. de Lima (SindSaúde/SP); Wagner Freitas de Moraes (Contraf-CUT); Valmir Marques (Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté); Vinicius de Assumpção Silva (Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro); Wilson Marques (Sindicato dos Eletricários de Campinas)

Diretores responsáveis

José Lopez Feijóo
Luiz Cláudio Marcolino

Diretores financeiros

Ivone Maria da Silva
Tarcísio Secoli

REVISTA DO
Brasil
Informação que transforma

Núcleo de planejamento editorial

Cláudia Motta, Flávio Aguiar,
José Eduardo Souza, Krishna Carreira
e Paulo Salvador

Editores

Paulo Donizetti de Souza
Vander Fornazieri

Assistente editorial

Xandra Stefanel

Revisão

Márcia Melo

Redação

Rua São Bento, 365, 19º andar,
Centro, São Paulo, CEP 01011-100
Tel. (11) 3241-0008

Capa

Foto de Paulo Pepe

Departamento comercial

M. Giora (11) 3057-0717

Adesão ao projeto

(11) 3241-0008

Impressão

Bangraf (11) 6947-0265
Simetal (11) 4341-5810

Distribuição

Gratuita aos associados
das entidades participantes

Tiragem

360 mil exemplares



Desafiador

A *Revista do Brasil* está firme e forte, completando um ano de existência e com projetos de ampliação para atingir parcela maior da população. E muitos brasilei-

ros órfãos de informações que abordem a notícia pela ótica dos oprimidos, esquecidos pela grande imprensa, estamos felizes com este momento. Parabéns aos integrantes deste belo e desafiador projeto.

José Antonio dos Santos, Araras (SP)

jantonio.dos@gmail.com

Gosto muito da *Revista do Brasil* porque não fala em tragédias nem palhaçadas. É gratificante recebê-la, com assuntos interessantes e reais. Parabéns.

Arlete Cardozo, São Paulo (SP)

teka_leka@yahoo.com.br

Não é o pulmão

A reportagem "Consciente, desinformado ou folgado?" (*edição 12*) mostra que pequenas atitudes ajudam a melhorar a qualidade de vida. Porém, o texto afirma que a região amazônica é "pulmão" do planeta. A afirmação é incorreta, já que o verdadeiro "pulmão" são os mares, que liberam oxigênio produzido pelo fitoplâncton.

Thiago Villas Bôas Zanon, São Paulo (SP)

thiago.villas@gmail.com

Mulheres que amam

A reportagem "Mais açúcar, mais afeto" (*edição 12*) parte de uma premissa errada e preconceituosa – mulheres que amam mulheres seriam carentes ou não encontraram um homem capaz de satisfazê-las. Que fenômeno seria esse? Uma relação com cunho sexual, sem sexo? Sou homossexual e o sexo me interessa, sim. E sexo com mulheres! Porque me atrai a anatomia feminina! Tendo isso por base, vêm a paixão e o amor. Essa é a ordem natural das coisas, não? O texto pôs em xeque toda a qualidade da publicação. Pena.

Isabel Camargo, Santo André (SP)

izcamargo@yahoo.com.br

Contra-ataque

Depois de ler a reportagem sobre o papa Bento XVI, deu vontade de vomitar. Quanta ironia, opiniões pessoais, linguagem e expressões sensacionalistas! Que desconhecimento da Igreja Católica, da Renovação Carismática Católica, da *Bíblia*! Que Deus tenha misericórdia de vocês!

Sérgio Moreira, Araguari (MG)

servo_de_maria@hotmail.com

Maria da Penha

Que negócio é esse de querer saber por que o marido de Maria da Penha tentou matá-la (*Moacir Guimarães, "Carta do Leitor", edição 12*)? Conforme a resposta, estaria justificada sua ação criminosa? Parece coisa de quem quer justificar a violência, como fazem os que espancam e matam mulheres porque "ela não fez minha comida", "não quis me beijar", "não lavou minha cueca preferida"... Faça-me o favor.

Fernanda Estima, São Paulo (SP)

fernandaestima@yahoo.com.br

Retorno

Com a divulgação do anúncio sobre o Movimento de Alfabetização (*Mova, edição 9*), recebi mais de 200 ligações solicitando informações. Houve também muita gente entrando em contato através do site e por e-mail. Isso só foi possível devido à publicação na *Revista do Brasil*.

Alexandra de Campos, Mova ABC

movaabc@movaabc.org.br

Correção

Diferentemente da informação contida na legenda da foto dos operários de uma montadora ("O desafio está só começando", *edição 12*), o restaurante em que a RdB é discutida fica do lado de fora da empresa.

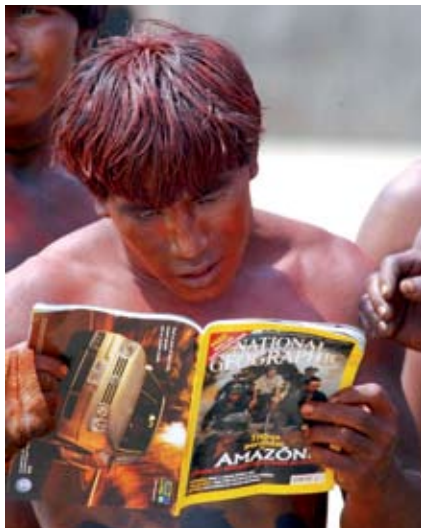
revista@revistadobrasil.net

As mensagens para a *Revista do Brasil* podem ser enviadas para o e-mail acima ou para Rua São Bento, 365, 19º andar, Centro, São Paulo, CEP 01011-100. Pede-se que as mensagens venham acompanhadas de nome completo, telefone, endereço e e-mail para contato.

Soberania e união nacional

O governo brasileiro anunciou, no fim de maio, ter vetado o projeto de uma agência do governo norte-americano, a Usaid, de coordenar e dirigir a ação de 26 organizações não-governamentais na Amazônia. Passo a passo, os norte-americanos vêm, desde o fim do século 19, insistindo em ocupar o grande território, a fim de explorar suas riquezas naturais. No plano que eles pretendiam agora executar, as organizações não-governamentais, sob a chefia da Wildlife Conservation Society, assumiriam o controle de amplas zonas fronteiriças, sobretudo daquelas em que existem, nos dois lados, tribos indígenas de etnia comum. É a velha estratégia de promover o reconhecimento do direito desses indígenas a dispor de Estados nacionais próprios sobre os territórios que ocupam e, em seguida, promover a “independência” dessas regiões, sob a proteção militar dos Estados Unidos.

A nova estratégia do imperialismo norte-americano, depois da Guerra Fria, funda-se no “zoneamento” do mundo, a partir da identificação de uma cultura comum, ou de problemas comuns (conforme o minucioso estudo de Guilhermina S. Seri, da Universidade da Flórida, *On Borders and Zoning: The Vilification of the “Triple Frontier”*, preparado para a Associação de Estudos da América Latina, do Texas). Dentro dessa estratégia, as fronteiras nacionais deixam de existir. Em seu lugar, surgem as “zonas” fronteiriças. Essas zonas são, naturalmente, áreas de encontro e de fusão das culturas dos Estados confinantes, o que configura quase uma terceira identidade, formada pelas duas, ou mais, originais.



Quando uma casa se encontra ameaçada, seus habitantes devem ter como prioridade a defesa de sua vida e de seu patrimônio

Em alguns casos, e este é o da tríplice fronteira, a imigração de cidadãos procedentes de outros continentes contribui ainda mais para essa singularidade. Washington se acha no direito de identificar essas zonas em qualquer lugar do mundo e ali impor sua ordem. Primeiro, entra na área de forma dissimulada (com pessoal civil, técnicos, cientistas, educadores) a pretexto de “ajudar” os governos dos Estados fronteiriços. Em seguida, promove atos de provocação nos dois lados da fronteira, de forma a excitar sentimentos de rivalidade comuns a essas áreas. Vem então o pretexto para a intervenção direta – “proteger” os nativos na área e na neces-

sidade de impor-se ali a ordem pública.

Governos anteriores abriram caminho à penetração dessas ONGs nascidas do Consenso de Washington. Elas nada têm de “não-governamentais”. Na verdade, estão subordinadas aos interesses dos países que representam. A Wildlife Conservation Society, que está à frente do projeto brasileiro, é subordinada, na prática, ao Departamento de Estado norte-americano. Fundada no início do século 20 para cuidar do Zoológico do Bronx, em Nova York, ela foi patrocinada pelo presidente (1901-1909) Ted Roosevelt, famoso caçador e autor da doutrina segundo a qual os EUA podem intervir em qualquer país das Américas, a seu juízo. Na época, o adjetivo “imperialista” tinha sentido elogioso.

Quando uma casa se encontra ameaçada pelos ladrões, seus habitantes devem ter como prioridade a defesa de sua vida e de seu patrimônio. É o que está ocorrendo agora. Sem prejuízo da defesa de seus interesses, fariam bem os trabalhadores brasileiros em empenhar-se, em seu sindicato e em sua cidade, no apoio imediato à decisão tomada pelo Ministério da Defesa e pelo Itamaraty de impedir a violação da soberania nacional.

Vale a pena conhecer os objetivos da Wildlife, expostos em seu site na internet – www.wildlifeconservation.org. No que toca ao Brasil, eles confessam, sem corar, que procuram impedir a plena utilização dos recursos naturais pelo povo brasileiro, entre eles o aproveitamento hidráulico para a produção de energia elétrica. E que já controlam, diretamente, grande parte do território brasileiro, “administrando” reservas no noroeste amazônico e no Pantanal Mato-Grossense. ☺



Mauro Santayana é colunista da Revista do Brasil

Ousadia versus autoritarismo

A Secretaria de Ensino Superior criada pelo governador José Serra (PSDB) em seu primeiro dia de mandato é a cara de seu secretário, José Aristodemo Pinotti. Nos *campi* que entraram em ebulição neste maio, comenta-se que é o mesmo que foi reitor biônico da Unicamp, no início dos anos 80, indicado por Paulo Maluf: se é possível decretar, para que dialogar?

O decreto da secretaria e outros quatro que o governo inventou enterravam a autonomia das universidades paulistas, ao interferir em políticas de pesquisa, funções, administração de verbas e salarial. “Queremos, se não a revogação dos decretos, a negociação dos pontos mais importantes, que ferem a autonomia universitária”, diz João Zanetic, professor do Instituto de Física e vice-presidente da Associação dos Docentes da USP. No dia 31 de maio, o governo publicou no *Diário Oficial* novo texto, sob argumento de evitar o que chamou de “falhas de interpretação” dos decretos. Para não assumir nem que errou, nem que recuou.

Para Maria Aparecida de Aquino, do Departamento de História, a abusividade dos decretos anulava o Conselho de Reitores e as conquistas da grande greve de 1989, quando se alcançou a autonomia que vinha dando minimamente condições de gestão da vida universitária. A professora considera que as reivindicações envolvem a continuidade de um trabalho que faz da USP um centro de excelência. Ela observa que em 1969 entravam menos de 40 alunos em cada turma de sua unidade. Hoje, chegam a 130 de manhã e 150 à noite. “Não há como não ampliar o número de vagas, de professores e de moradias.”



EDUARDO KNAPP/FOLHA IMAGEM

O estudante de Jornalismo Rafael Freitas, 23 anos, que participou da ocupação, conta: “Teve semestre em que tive de ficar no corredor para tentar ouvir o professor”. Leandro Ferreira, 18 anos, acabou de ingressar no curso de Gestão de Políticas Públicas da USP Leste e não se sentia frustrado com a situação: “É bom que as pessoas se mexam para que os problemas não se perpetuem”.

Embora as reivindicações pareçam extensas, o que a comunidade acadêmica considera boa saída para a crise é simples: instalação de negociações com o governo, para assegurar a autonomia das universidades estaduais, e com os reitores, em busca das soluções específicas. Serra, que já tinha feito Pinotti secretário de Educação na prefeitura paulistana, só errou: com os decretos, a falta de discussão e a insensibilidade em lidar com a crise que ele mesmo provocou.

Alunos no Prédio da Reitoria, em maio. “Se a ocupação não tivesse ocorrido, a discussão não teria chegado à sociedade com a mesma intensidade”, avalia Maria Aparecida de Aquino, do Departamento de História

Alternativa à Emenda 3

Em que pese a aparente desigualdade de condições, a reação das centrais sindicais equilibrou o jogo em torno da Emenda 3. Pesos pesados como Fiesp, OAB e grande mídia, Globo à frente, jogaram tudo para salvar a emenda – que dificulta a fiscalização de emprego fraudulento de mão-de-obra de pessoas jurídicas (PJs). Sindicatos e movimentos sociais contra-atacaram com seus instrumentos de comunicação e manifestações de protesto. A entrevista do deputado Milton Monti (PMDB-SP) ao site Repórter Brasil (www.reporterbrasil.org.br) é sinal disso. Monti, relator de um texto alternativo à Emenda 3, informa que solicitou a retirada da urgência na discussão do tema e que a sociedade seja ouvida na elaboração do substitutivo. A conclusão da redação deve sair antes do recesso de julho (sim, ele ainda existe).



JAILTON GARCIA

Manifestações como esta, dia 23 de maio, em frente à Fiesp, foram o meio de os sindicatos se fazerem ouvir contra a Emenda 3. As centrais contestam ainda o projeto do governo que regulamenta greve no setor público. Achem que pega pesado demais e se omite em relação à negociação coletiva



Mendes: preocupado com as investigações

FABIO POZZEBOM/ABR

Novidades no ar

Treze rádios comunitárias da região metropolitana de Campinas e Hortolândia (SP) passaram a transmitir o *Jornal dos Trabalhadores*, da Rádio 9 de Julho (1600 AM). O programa, às 7h, tem notícias do dia-a-dia, de economia, política e cultura, com enfoques diferentes da mídia comercial. A integração é iniciativa de vários sindicatos (leia no verso da capa desta edição a sintonia das emissoras). “Acusadas pelos tubarões da mídia de interferir em transmissões de aeroportos e viaturas, as rádios comunitárias praticam um código de ética: são públicas, laicas, culturais e participativas das comunidades”, diz Jerry de Oliveira, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço).

O público e o privado



Calheiros: de onde vem o dinheiro?

JOSE CRUZ/ABR

O desempenho de Renan Calheiros (PMDB-AL), em sua defesa na tribuna do Senado, dia 28 de maio, arrancou aplausos dos colegas e veneno dos columnistas. Mino Carta disparou: “Calheiros evocou Cícero para condenar quem o acusa. Segundo Calheiros, Roma republicana ostentava inscrições destinadas a amedrontar o Senado... Vale dizer que o Senado romano em inúmeras oportunidades provou ser povoado por adúlteros, assassinos e ladrões, e o Senado brasileiro é uma boa imitação daquele...” A propósito, o levante de assuntos íntimos, pessoais e familiares em batalhas políticas é repugnante. Isso vale para Calheiros como para o ex-presidente da República cujo filho vive em Barcelona com a mãe, jornalista. Mas de que bolso sai a pensão alimentícia – senão do do pai – pode vir a ser, sim, de interesse público.

Navalha na liga

O ministro Gilmar Mendes, ex-advogado-geral da União de FHC e vice-presidente do STF, vê o Poder Judiciário “intimidado”. Ele se refere à Operação Navalha, que estourou em seguida à Furacão, aquela que botou magistrados na berlinda. Mendes relatou pedidos de *habeas corpus* concedidos pelo STF a autoridades preventivamente presas pela PF. Aliás, já está todo mundo solto. Em que pese ter sua atuação contestada – e de estar sendo ela própria investigada por supostos abusos –, a PF desmantelou uma quadrilha que operaria fraudes em licitações para obras públicas e mais uma vez gente graúda está no olho do furacão. Gilmar Mendes criticou vazamentos, mas ele próprio divulgou informações sob sigilo de Justiça para negar que seu nome estivesse na lista da construtora Gautama.

No fim do túnel

A grita mundial por eficiência energética já ameaça de extinção as lâmpadas incandescentes (aquelas com um fiozinho interior que esquenta) por fluorescentes (as “frias”, que venderam bem na época do apagão de FHC). Antes tarde. Austrália (até 2010) e Canadá (até 2012) já decidiram livrar-se das incandescentes, 300% mais gastadeiras. De acordo com Earth Policy Institute (www.earth-policy.org), se o mundo todo fizesse a troca, economizaria 135 mil MW, suficientes para fechar centenas de usinas termelétricas – aquelas movidas a combustíveis que, mais que as lâmpadas, aquecem o planeta.



DISTÂNCIA DO CRIME

Experiências com medidas socioeducativas já previstas em lei mostram que educar e pôr o jovem para repensar seus atos não são sinônimo de impunidade e fazem cair a reincidência. Condená-lo ao sistema prisional adulto pode equivaler a condenar ao crime perpétuo

Por Nicolau Soares

O assunto da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade oscila na opinião pública ao sabor dos acontecimentos. O fato de a população jovem e pobre do Brasil estar entre as mais atingidas pela violência no mundo não costuma mobilizar a mídia. E o fato de no Brasil o número de mortes violentas de jovens de 15 a 24 anos ser maior que em países em guerra tampouco suscita grandes campanhas por soluções. Mas, se o gesto violento envolvendo menor atinge famílias de classe média ou da alta sociedade, toma ares de comção social. E vem à tona a idéia de que jogar o menor na cadeia é fazer justiça.

Nunca houve uma onda noticiosa engajada no debate em torno do efetivo cumprimento da lei. E a lei determina que adolescentes infratores recebam tratamento especializado, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e medidas socioeducativas. Isso envolve o funcionamento das Varas Especializadas da Infância e Juventude, das unidades de internação e de semiliberdade e de programas de liberdade assistida e de prestação de serviços comunitários. Também prevê advertências e reparação de danos. Ou seja, adolescente que falha não pode ser preso como adulto, mas isso não quer dizer impunidade nem que não tenha de ser submetido a medidas reparadoras.

Parte dos políticos aproveita a total falta de debate sobre o assunto para saciar a sede da sociedade por justiça – ou vin-

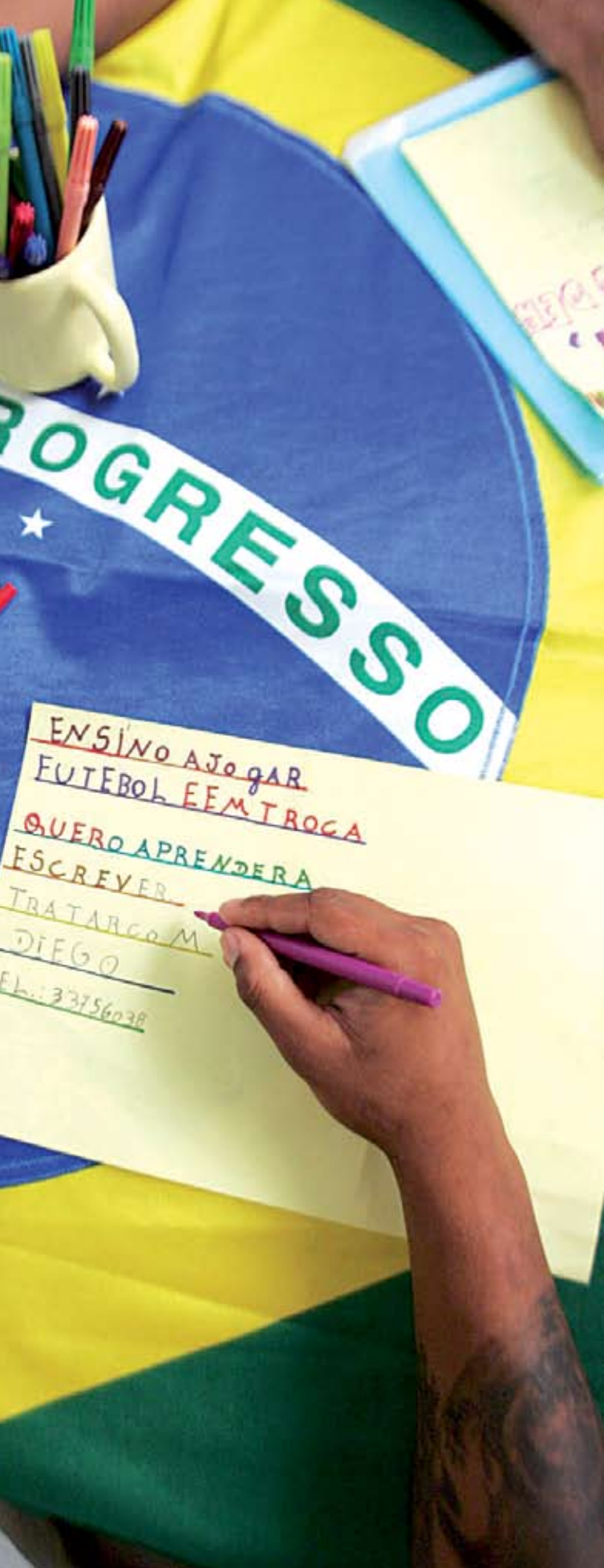
gança. Afinal, como demonstrou pesquisa feita no mês passado pelo Instituto Vox Populi para a revista *CartaCapital*, 83% dos entrevistados apóiam a redução da maioridade penal. Mas se o universo penitenciário brasileiro é tido até pelos mais leigos como uma universidade do crime, incapaz de recuperar adultos que se envolveram em alguma ação criminosa, por que alguém pode crer que aprisionar adolescentes nesse ambiente pode “endireitá-los”?

Para se ter idéia, segundo o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, apenas um em cada dez delitos cometidos no Brasil tem alguma participação de menor de 18 anos. E, além das especificações do ECA, o atendimento a esse adolescente deveria ser complementado pelo Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (Sinase), criado em junho de 2006. O Sinase estabelece parâmetros de atendimento, com ênfase nas ações de educação, saúde e profissionalização, indica como devem ser as equipes interdisciplinares e a estrutura de unidades de internação. O Projeto de Lei de Execução de Medidas Socioeducativas, encaminhado pelo governo federal e esperando a fila andar no Congresso, regulamenta as funções do Sinase. O objetivo principal expresso em todo esse aparato legal é educar e recuperar o adolescente.

“Há um uso excessivo da medida de internação”, denuncia Flávio Frasseto, do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública de São Paulo.



Fonte: Movimento Nacional de Direitos Humanos



JOEL SILVA / FOLHA IMAGEM



PADRE AGNALDO SOARES LIMA



PADRE AGNALDO SOARES LIMA

Frasseto explica que a lei determina internação apenas em casos de grave ameaça à pessoa, é recurso extremado. Antes, deve-se recorrer a medidas como liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. “Tráfico de drogas, por exemplo, não é grave ameaça à pessoa. Mas há juízes que aplicam a internação, dizendo que vai ser ‘bom’ para o adolescente. Isso é mudar a lei”, denuncia. Segundo a Secretaria Especial de Direitos Humanos, no final de 2006 havia 680 adolescentes encarcerados irregularmente no país.

Nas instituições responsáveis pelos casos de internação, o ideal educativo passa longe. Em geral, elas são conhecidas como escolas do crime. “O ambiente estimula a revolta, é repressivo, autoritário. Eles não podem olhar diretamente para certos monitores porque ele (*o profissional*) pode se sentir desafiado”, diz Helder Delena, assistente técnico da área de Proteção Especial da Fundação Abrinq.

O depoimento de Geraldo (*nome fictício*), de 16 anos, confirma essa situação. Ele esteve internado durante um mês em uma unidade da Fundação Casa (antiga

APLICANDO O ECA
O Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), parceria entre a prefeitura de São Carlos (SP) e a Ordem dos Salesianos, com participação do estado, é uma das experiências mais bem-sucedidas no atendimento do menor infrator. Respeito, garantia de direitos, educação e trabalho dão ao NAI uma taxa de reincidência de apenas 4% contra 30% da média do estado de São Paulo

Febem), depois de ter se envolvido num roubo de carro. “Se você está distraído e não pede ‘licença, senhor’ para passar na frente de um funcionário, apanha. Tem que pedir e esperar ele deixar. Se ele ignorar, você fica lá esperando.” Os relatos revelam uma estrutura hostil à ressocialização. “Um dia, vendo TV, um cara começou a rir. Olhou rindo para um funcionário e apanhou tanto, que ficou quase uma semana de cama”, descreve Geraldo. As “regras” vão além. Ao sair de um jogo de futebol, por exemplo, o adolescente não pode bater o chinelo no chão, fazendo barulho. “Uma vez levei um tapa que quase cai da escada”, relembra.

Para Maria Izabel da Silva, representante da CUT no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), existe uma tradição repressiva, e não um atendimento de natureza pedagógica, conforme a diretriz do ECA. “É necessário que tenhamos uma total mudança na concepção do atendimento”, sustenta.

Mudanças de legislação entram na ordem do dia sem que as leis atuais tenham sido aplicadas. O ECA é frontalmente desrespeitado e costuma ser lembrado de forma descontextualizada, sendo erroneamente associado a impunidade. O Estatuto determina, por exemplo, que os internos fiquem o mais próximo possível de casa. “Temos mães da Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo, cujos filhos estão nas unidades Raposo e Vila Leopoldina, na zona oeste”, conta Conceição Paganele, da Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco. “Se truculência adiantasse, todos sairiam da Febem recuperados”, diz.

Educação X condenação

No sistema prisional adulto, dominado por facções e falta de perspectiva, garotos de 16 anos estariam ainda mais distantes do que mais pode ter-lhes faltado na vida: escola. De acordo com o Ministério da Justiça, apenas 18% da população carcerária estuda. No estado de São Paulo, que concentra quase metade dos presos de todo o país, os índices são piores. Reportagem publicada na edição de maio da *Revista Pedagógica Pátio* informa que o estado mantém 380 salas de aulas em suas 144 unidades prisionais e, dos 135.454 presos, apenas 11.838 estudam.

O texto observa ainda, com dados de 2005, que 68% dos presos paulistas não completaram o ensino fundamental, indispensável para praticamente qualquer vaga de emprego. “Se você faz o trabalho socioeducativo, muda o foco, mostra outro mundo para o adolescente, o mundo dos direitos, que o afasta do crime. O caminho hoje, o da violação dos direitos, leva a essa situação crítica”, analisa Helder Delena, da Fundação Abrinq.

Ricardo (*nome fictício*), 16 anos, foi preso mais de uma vez – inclusive junto com Geraldo. Ficou três meses uma vez, duas semanas em outra, numa delegacia em Santo André. Ele conta como era a “porta de entrada” da antiga Febem, a Unidade de Atendimento Inicial (UAI). Em tese, o infrator deve ficar ali no máximo por 72 horas até ser apresentado ao juiz. Ricardo diz conhecer quem tenha ficado até três meses no local. “Na UAI, você dorme em valete, dois por colchão, um para cima e outro para baixo. Para tomar banho, tinha três toalhas para uns 20 menores”, conta.

Ricardo e Geraldo hoje cumprem medida de liberdade assistida no Núcleo de Proteção Especial do Instituto Daniel Comboni, no Parque Santa Madalena, zona leste de São Paulo. E sentem a diferença. “Aqui é tudo de bom. Aprendi a to-

Medida ineficaz

No dia 26 de abril a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou Proposta de Emenda Constitucional do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal no país para jovens que venham a cometer crimes hediondos. A PEC ainda tem de ser votada em dois turnos no Senado antes de seguir para a Câmara.

Em artigo publicado no site do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (www.mndh.gov.br), seu coordenador, o advogado Ariel de Castro Alves, observa que países como Espanha e Alemanha, que reduziram a maioria penal, verificaram aumento da criminalidade entre os adolescentes e acabaram voltando atrás e estabelecendo tratamento com medidas socioeducativas até 21 anos.



MÚSICA DA REINTEGRAÇÃO
Geraldo tem aulas de cavaquinho no Instituto Daniel Comboni. O educador Sidnei, abaixo, incentiva os menores a refletirem sobre as infrações que cometeram

car cavaquinho e outras coisas. Se acontece alguma coisa, o cara já sabe, é como uma família unida”, relata Geraldo. A entidade existe desde 2004, fruto de um projeto desenvolvido pela então administração municipal. Tem capacidade para atender 100 adolescentes.

A coordenadora Sueli Aparecida Santiago dos Santos explica que a proposta pedagógica busca fazer o adolescente repensar seu ato. “Sempre há essa aproximação com o adolescente, mas é uma proposta pedagógica. Não somos apenas amigos”, pontua. “Tratamos da responsabilização, de fazê-lo pensar o que o ato causa para ele e para a comunidade.” Ela explica que esse contato com os garotos transforma os educadores em referências. “Eles param de falar só de crime. Em outras situações, o assunto com os amigos, os vizinhos é só ‘fulano morreu’, ‘sicrano foi preso’. A maioria desses meninos nunca entrou num cinema”, conta Sueli.

Famílias da região também são atendidas no Núcleo. Uma mãe, que não se identificou, tem um filho internado na Fundação Casa e encontrou apoio no trabalho do Núcleo. “Quando você tem



tos. Com o tempo, percebemos que não era um projeto da Febem, mas da cidade com vários parceiros, entre eles a Febem”, conta. Segundo ele, a Fundação Casa não estimula iniciativas semelhantes. A custódia, parte indispensável do NAI, por prerrogativa constitucional só pode ser exercida pelo governo do estado. O padre conta que mais de 30 pequenos e médios municípios já tentaram reproduzir o projeto, mas que a fundação bloqueia as iniciativas com a questão da custódia. “Sem ela, não é possível reproduzir a experiência”, relata. Apenas Ribeirão Preto e Americana conseguiram.

Os resultados mostram o que pode fazer o simples cumprimento da lei: o número de crimes violentos cometidos por adolescentes caiu de 15 em 2000 para nenhum em 2006. Enquanto 30% dos jovens que passam pelo sistema de internação estadual voltam a cometer infrações, no NAI a reincidência é de 4%. “O Núcleo foi perseguido no começo, falavam que o padre e o prefeito protegiam moleque bandido. Hoje, é motivo de orgulho para toda a sociedade”, conta o prefeito Newton Lima Neto (PT).

O NAI reúne toda a rede de instituições e profissionais pelos quais o adolescente deve passar. Ele é atendido por uma assistente social que faz contatos com sua família. Promotor de Justiça e juiz têm espaço para realizar audiências ali mesmo. Os adolescentes recebem ainda atendimento psicológico. O jovem pode ficar em custódia no Núcleo ou ser liberado para responder ao processo em liberdade. A custódia é o único ponto em que a participação da Fundação Casa é indispensável.

A liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade não diferem muito em São Carlos da experiência do Núcleo Daniel Comboni, na capital. A diferença está na semiliberdade, medida intermediária entre o regime aberto e a internação – os adolescentes ficam na unidade durante a semana e em casa no sábado e domingo. Edna, que teve seu filho encaminhado para a semi, aprova o trabalho. “Deram um voto de confiança para ele e eu também dei. Se ele fosse para a Febem, ia sair pior do que entrou.” ❧

Colaborou Glauco Faria



FOTOS: GERARDO LAZARI

apoio, o tratamento muda.” Ela viu o filho se envolver com drogas e ser apanhado num assalto. “Pior, ele continua usando lá dentro. O estado chama a responsabilidade e não cuida do menino. Se tirou de mim, tem de cuidar melhor que eu.”

Edna Aparecida Manu, moradora de São Carlos (SP), passou por situação semelhante. Seu filho acabou condenado a cumprir medida socioeducativa. Mas o momento em que a polícia foi buscá-lo em casa já demonstrou a truculência do

sistema: “Foi tanta polícia, mais de dez homens para buscar um menino. Precisa tudo isso?” A sorte de Edna e de seu filho é que em São Carlos existe o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), parceria entre a prefeitura e a Ordem dos Salesianos, com participação do estado.

“O que fazemos é simplesmente aplicar o ECA”, resume o padre salesiano Agnaldo Soares de Lima, um dos criadores do NAI. “Durante a implantação, a então Febem bancou o aluguel do espaço e os cus-

Sinais de uma nova TV

Uma TV pública independente do mercado e dos governos de plantão. Capaz de gerar informação de qualidade, cultura, prazer e alcançar audiência sem ser movida a baixaria. A missão parece impossível, mas começa a ser levada adiante

Por Christiane Peres

O que passa na televisão facilmente vira assunto. Dependente do modelo da audiência a qualquer preço, a TV submete seu conteúdo à lógica do espetáculo e do mercado. A tela colorida, presente em 92% dos lares do país, orienta padrões de consumo, debates políticos e para muita gente é a única forma de acesso a informação e cultura. Quem pode paga em média 80 reais mês por um serviço por assinatura, com dezenas de canais públicos e privados, nacionais e internacionais, e monta sua janela para o mundo audiovisual. Quem não pode serve-se do conteúdo das emissoras nacionais de TV aberta, a maioria privada.

A Constituição prevê que os sistemas públicos, estatais e privados na comunicação se complementem, mas o que ocorre hoje no Brasil é um domínio explícito. O setor privado comercial detém 81% dos canais, alcança mais de 90% da audiência e abocanha 95% das receitas geradas pela



INFLUÊNCIA
A TV é uma concessão pública e, segundo a Constituição, deve ser instrumento para formar cidadãos e não apenas consumidores

atividade. E não aceita rediscutir as regras para utilização das concessões públicas. Impõe-se como bloco de poder, se auto-regulamenta e rejeita mudanças, sob a alegação de que seriam ameaças à “liberdade de expressão”.

Paralelo a isso, existe no Brasil um conjunto de TVs que, em tese, deveria trabalhar mais próximo do interesse dos cidadãos, e não do mercado. São as TVs públicas, estatais, universitárias, legislativas, comunitárias. Até agora, as emissoras públicas tiveram em sua maioria histórias ligadas a conteúdos cansativos, monótonos, de baixa qualidade, à ausência de regras públicas e a ingerências políticas dos governantes de plantão – que definem o orçamento e o comando de acordo com seus interesses.

Os modelos existentes hoje não conseguiram inovar na linguagem nem consolidar uma programação diferenciada da TV comercial. Têm baixa capacidade de formar cidadãos críticos. A situação reflete um descaso de anos. Diferentemente do que ocorreu em países como Inglaterra, Japão e França, aqui a TV pública só surgiu em 1968, quase duas décadas depois da comercial, sem originalidade e dependente de governos e entidades por eles influenciadas.

“Nosso sonho é que daqui a alguns anos a TV comercial passe a imitar a pública, como esta fez durante tanto tempo”, diz o presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPI-TV), Fernando Dias. Depois de ver o debate sobre mudanças na comunicação, como o da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav), ser massacrado por interesses das grandes emissoras, integrantes do governo e da sociedade civil impulsionaram a rearticulação do setor público. A discussão sobre o papel social da televisão teve seu auge no 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em Brasília no mês passado.

“As pessoas não deveriam ter de pagar para ter acesso a programas de qualidade. Queremos competir na qualidade e no profissionalismo. Precisamos ter uma TV que as pessoas tenham prazer de ver. Nós vamos fazer uma TV pública”, disse o presidente Lula, no encerramento do Fórum.

Incentivar um novo padrão público de comunicação é, para o governo e estudiosos, apostar no novo, na ousadia da

Incentivar um novo padrão público de comunicação é, para o governo e estudiosos, apostar no novo, na ousadia da linguagem e na interatividade

linguagem e na interatividade. O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, defende o aumento da presença de produções independentes na programação. “Vocês podem imaginar o que são 30 horas de produção indepen-

dente, o que isso significa em termos de explosão de criação de talento, de gente que não encontra espaço em outro lugar para aparecer?”, pontuou o ministro.

Para garantir que esse novo modelo discutido não esteja preso ao governo ou ao mercado, representantes da sociedade civil propõem

sistemas de controle social, como os existentes em outros países. Segundo Martins, nesses países o conselho é nomeado, em geral, pelo governo com “pessoas representativas de diferentes setores da sociedade”. Para João Brant, integrante do Coletivo Intervezes de Comunicação, a escolha dos representantes do conselho deveria ser feita apenas pela sociedade. O governo anunciou que haverá um conselho gestor com participação social, mas ainda não detalhado.

Uma medida que servirá de base para a nova emissora pública de televisão é a fusão entre Radiobrás e TVE, sistemas que contam com alguns canais de televisão e de rádio e se relacionam com afiliadas e emissoras educativas de todo o país. A estrutura dessas instituições será a base da rede pública e a fusão deve ocorrer até 2 de dezembro, quando começa a entrar em operação o sistema de televisão digital no Brasil.

O coordenador do Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília, Murilo César Ramos, vê ganhos nesse modelo. “Se conseguirmos articular Radiobrás e TVE com essa multiplicidade de canais que se tem hoje com produção universitária, comunitária, Câmara, Senado, e se existir a partir do ano que vem uma alternativa pública em rede, será fantástico”, aposta.

O resultado dos debates do fórum foi entregue ao presidente Lula e ao ministro Franklin Martins. A expectativa está em saber como as contribuições do encontro serão utilizadas pelo governo e o quanto desse debate será concretamente aproveitado na formulação dessa nova rede. ☐



MARCELLO CASAL JR/ABR

1º FÓRUM DE TVS PÚBLICAS O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, defendeu o aumento da presença de produções independentes na programação

A quem interessa um siste

Explicar entre nós o que é um sistema público de rádio e televisão é como tentar descrever a um cego de nascença as cores do arco-íris. É algo que nunca vimos

Na maioria dos países democráticos, os sistemas de maior audiência são públicos. É assim na Alemanha, Itália, Holanda, Dinamarca, Suécia e também no Canadá. No Japão, Israel, Austrália e em muitos outros. A exceção importante entre os países de tradição democrática são os Estados Unidos. Lá, como aqui, os canais de rádio e televisão nasceram como concessões de serviço público, foram seqüestrados por grupos empresariais interessados apenas no lucro e postos a serviço da indústria da propaganda.

Essa é a comunicação de massa comercial. Seu objetivo principal é o lucro. E para maximizar o lucro entopem-nos de propaganda e de programas apelativos que ampliem o alcance dessa mesma propaganda. Também usam a concessão de seus canais para defender a perpetuação do sistema, os interesses dos poderosos, em detrimento do interesse público. Ou seja, além do uso comercial, usam para fins ideológicos.

O sistema público é o contrário disso tudo. Não depende do dinheiro da propaganda para funcionar e tem como objetivo principal servir o público, informando com honestidade os fatos de interesse social. Além disso, educa, dissemina as artes, os esportes e a cultura. Debate livremente e com pluralismo os grandes temas de interesse da coletividade. Critica abusos e desmandos dos poderosos de dentro e de fora do governo. E mantém a mais estrita neutralidade nas disputas eleitorais. Bem ao contrário do que pratica o sistema comercial Globo, dominante no Brasil.

Não há um modelo único de financiamento do sistema público. A BBC inglesa, a NHK do Japão e o vasto sistema público alemão são financiados diretamente por uma taxa paga por toda pessoa que possui um aparelho de rádio ou TV. O holandês é financiado pelo governo, ou seja, indiretamente pelo cidadão. Também não há uma única receita editorial. No Canadá, o sistema público tem como uma de suas principais funções adi-

cionais combater o sectarismo entre canadenses de fala inglesa e de fala francesa. Na Inglaterra, onde há um número maior de etnias, a BBC expressa a diversidade do país por meio do multiculturalismo.

O importante é a autonomia financeira e editorial em relação ao governo. Se não, não é sistema público, é estatal, como a nossa Radiobrás e muitos no mundo todo – que têm a função, também fundamental hoje em dia, de informar os atos e decisões do governo omitidos pela mídia. Mas não conseguem exercer as funções de crítica e de exposição de abusos do próprio governo ao qual estão subordinados. Exemplo da diferença entre os sistemas está na própria Grã-Bretanha, que tem a

BBC, mãe de todos os sistemas públicos, e no entanto criou o “serviço externo da BBC”, financiado pelo governo, regido por estatuto próprio e monitorado pelo Ministério do Exterior – vale-se da imagem de independência da BBC e tenta seguir seu padrão de excelência editorial, mas está a serviço dos interesses imperiais. Por isso, transmite em mais de 50 idiomas, inclusive em português.

Há dois problemas principais afetando os sistemas públicos. O primeiro é a eterna ameaça de interferência dos políticos. A BBC, apesar de dirigida por um conselho independente com mandato de dez anos recebido do Parlamento (chamado modelo “servidor público”), precisou se explicar quando criticou o envio de tropas inglesas ao Iraque. Na Holanda, a independência política é assegurada por um conselho editorial de tal forma pluralista e representativo que as eventuais pressões do governo se diluem no conjunto de pressões de outros grupos da sociedade. Ou seja, a blindagem não é institucional, é cultural. É o chamado modelo “liberal-corporativo”. Numa sociedade de pouca cultura democrática, a blindagem liberal-corporativa sucumbe à pressão político-partidária. Foi o que aconteceu com a TV Cultura, de São Paulo. O segundo problema é a pressão por audiência e produtividade.

Há dois problemas principais afetando os sistemas públicos: a eterna ameaça de interferência dos políticos e a pressão por audiência e produtividade



Bernardo Kucinski é professor titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP. Foi produtor e locutor no serviço brasileiro da BBC de Londres e assistente de direção na televisão BBC. É autor de vários livros sobre jornalismo

ma público de rádio e TV?



sistemas públicos vêm perdendo força e têm sido obrigados a aceitar alguma publicidade para se manter.

Qual deveria ser o perfil de um sistema público brasileiro? Já temos dezenas de emissoras e canais educativos, legislativos e comunitários. Mas tudo muito fragmentado. Não adianta criar mais um fragmento. O principal problema da nossa comunicação de massa e da nossa democracia é o perigoso monopólio da fala do sistema Globo. Nosso sistema público deve ter como mis-

são se contrapor a esse monopólio, alcançando uma audiência significativa, com informação veraz e de qualidade voltada ao interesse público, com debates dos temas relevantes à maioria, com estímulo à produção regional e independente e muita cultura e arte. Somente equipes da mais alta qualidade jornalística, artística e cultural, com liderança forte e profundamente imbuída do sentido do interesse público terão capacidade para tanto e para resistir às inevitáveis pressões dos governantes do dia. ☞

Dilema nucl

O Brasil discute a reativação de seu programa nuclear em um momento em que alguns países retomam a construção de reatores e outros desligam usinas

LEMBRANÇA

Jovem da Bielo-Rússia participa de protesto contra uso de energia nuclear. Seu país faz fronteira com a Ucrânia, onde aconteceu o acidente de Chernobyl

VASILY FEDOSENKO/REUTERS

ear

Por Roberto Rockmann

No próximo dia 22 de junho, a história brasileira viverá um curioso aniversário: 31 anos atrás, o governo brasileiro, presidido pelo general Ernesto Geisel, assinava acordo para financiamento e construção das usinas nucleares de Angra 2 e Angra 3. A primeira começou a funcionar à plena carga em 2000. A segunda nunca foi implementada, apesar dos gastos de 750 milhões de dólares em compra de equipamentos. Mas a história poderá ter novo capítulo em breve. Reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), prevista para ser realizada até o início de julho, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deverá trazer uma novidade: a retomada das obras de Angra 3 e do programa energético nuclear brasileiro.

A decisão poderá representar o início da implementação de novas usinas nucleares no Brasil. No estudo indicativo sobre o planejamento da oferta e demanda do setor elétrico até 2030, o gover-

no diz que haveria espaço para quatro a oito usinas nucleares no Brasil. No plano decenal até 2015, o governo já contaria com o ingresso da energia produzida por Angra 3 – cerca de 1.000 megawatts (MW) – no sistema.

“A energia nuclear hoje é competitiva, está saindo a 150 reais o megawatt/hora (MWh), enquanto em uma térmica a gás estaria em 170 reais”, afirma o ministro de Minas e Energia, Marcio Zimmermann. “Além disso, tem um custo de investimento inicial alto, mas o de operação é baixo”, analisa o ministro. “A energia nuclear é uma possibilidade como todas as outras, ela consta do planejamento para os próximos anos, porque o Brasil já tem Angra 1 e Angra 2 em operação. Qualquer decisão de retomada só será feita pelo presidente da República”, diz Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), órgão estatal de planejamento do setor elétrico.

Há sinais crescentes de que o presidente Lula vai optar pela retomada da usina, que consome, desde a década de 1980, 20 milhões de dólares anuais com a manutenção do equipamento. A modelagem financeira para a realização do empreendimento já estaria até pronta. Um consórcio de bancos franceses liderados pelo Société Générale deverá financiar cerca de 30% da obra, orçada em 7,2 bilhões de reais. BNDES e Eletrobrás devem participar do restante.

Lixo e riscos

Vinte e um anos depois do acidente nuclear de Chernobyl, na Rússia, que causou a morte de 4 mil pessoas e teria influenciado a de outras 96 mil por câncer, segundo estimativas do Greenpeace, a energia nuclear é um assunto na ordem do dia das principais economias do mundo. Estados Unidos, Inglaterra e França começam a discutir a reativação de suas usinas, interessados em aumentar sua capacidade energética. Já Espanha e Alemanha, pressionados por ambientalistas, implementam programas progressivos de abandono da opção nuclear.

“Finlândia, China, Índia, Coréia do Sul e Japão são os únicos países que estão construindo usinas, o resto é apenas discussão”, afirma o físico Luiz Pinguelli

Prós e contras

PRINCIPAIS PONTOS A FAVOR

■ Com a disparada do preço do petróleo, a energia produzida por reatores nucleares tornou-se mais competitiva que a térmica, hoje em R\$ 170 o MWh.

■ A energia nuclear é limpa e não emite gases que causam o efeito estufa. E, depois do que aconteceu em Chernobyl, diversos avanços em relação à segurança nas usinas nucleares reduziram os riscos de acidentes.

■ A França gera 80% de sua energia por reatores nucleares e nunca teve acidente de grandes proporções. Países como Japão, China, Índia, Coréia do Sul investem na construção de usinas.

■ Integrantes do governo julgam que ampliar o potencial nuclear seria uma forma de diversificar a matriz energética. Com Angra 3, a energia nuclear representaria o dobro do montante atual.

■ Já foram gastos com a compra de equipamentos e manutenção mais de US\$ 1 bilhão, cerca de 20% do custo estimado total da usina.

PRINCIPAIS RESTRIÇÕES

■ A energia nuclear – R\$ 150 o MWh – é ainda mais cara que a hidrelétrica (R\$ 120) e que a co-geração por bagaço de cana (R\$ 130 o MWh).

■ A incógnita hoje, mesmo entre defensores, é como dispor do lixo radioativo. Não existem soluções totalmente seguras em nenhum lugar do mundo, o que se configura em uma fragilidade.

■ Preocupações com lixo radioativo e riscos de acidentes têm levado alguns países, como Espanha e Alemanha, a reduzir gradualmente a opção nuclear.

■ O Ministério do Meio Ambiente tem ressalvas em relação ao destino do lixo atômico e aos riscos de acidente derivados do processo de geração da energia nuclear.

■ Com os cerca de R\$ 7 bilhões previstos para Angra 3, o país poderia acelerar investimentos em programas de eficiência energética.

Rosa, da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O ex-presidente da Eletrobrás diz que uma das vantagens das usinas nucleares é que elas não produzem os gases que causam o efeito estufa e, num momento em que o mundo discute o aquecimento global, são vistas como opção de redução da emissão de poluentes. Em contrapartida, sobram incertezas em relação à eliminação do lixo atômico. “As soluções de segurança existentes no mundo não são satisfatórias”, diz o físico.

Há dejetos atômicos de alta, média e baixa radioatividade, que se mantêm ativos por milhares de anos, emitindo partículas nocivas às pessoas. Não há soluções adequadas para os resíduos de alta radioatividade. Para dejetos de baixa e média, que estariam no caso de Angra 3, seria necessária a construção de um depósito semelhante ao erguido em Abadia de Goiás, onde há toda uma proteção para que o lixo radioativo fique isolado e não contamine as pessoas. “Ninguém vai querer que um novo depósito fique em seu quintal”, diz Pinguelli.

Riscos de acidentes também preocupam. Em abril de 1986 um acidente na usina de Chernobyl, na Rússia, produziu uma nuvem de radioatividade que atingiu a então União Soviética e Europa Oriental. Mais de 350 mil pessoas tiveram de deixar a própria casa ameaçadas pela contaminação.

No Brasil, em setembro de 1987, em Goiânia, ocorreu o pior acidente radioativo do país. Foi roubado do Instituto de Radioterapia da cidade um aparelho que continha cloreto de céσιο. Abandonado em um terreno, o aparelho radioativo foi encontrado por dois sucateiros, que abriram a cápsula com cloreto de céσιο perto de onde moravam. Um mês depois, quatro pessoas que tiveram contato com o material morreram e 21 precisaram passar por tratamento intensivo contra a radiação.

Para Pinguelli, a energia nuclear não é prioridade no Brasil. “Temos de investir mais em hidreletricidade, por exemplo.” Para o coordenador da campanha antinuclear do Greenpeace, Guilherme Leonard, seriam necessários investimentos de mais de 7 bilhões de reais para concluir as obras de Angra 3. Com gastos

SEM EFEITO ESTUFA

Os reatores de Angra 1 e 2 estão estrategicamente posicionados entre Rio e São Paulo. Angra 3 seria construída no mesmo local. Não há poluição do ar e da água, mas os riscos do lixo radioativo e de acidentes estão numa região de maior densidade populacional



SEM LIXO RADIOATIVO Estima-se que o Brasil tenha ainda 150 mil MW de energia hidrelétrica para explorar. Quase o triplo da potência instalada. Mas a construção de usinas como a de Itaipu pode ameaçar florestas, populações locais e reservas biológicas

ITAIPU/DIVULGAÇÃO



FURNAS/DIVULGAÇÃO

de 850 milhões, o Programa de Eficiência Energética (Procel) conseguiu economizar 5.124 MW – quatro vezes mais que a capacidade de Angra 3. “Um programa com custo quase dez vezes menor trouxe quatro vezes mais ganhos; ele poderia ser mais incentivado”, afirma Leonardi.

Tarefa complexa

A discussão, no entanto, não é tão simples assim. Hoje o Brasil tem uma potência instalada de cerca de 55 mil MW. Estima-se que ainda existam pelo menos mais de 150 mil MW em aproveitamentos hidrelétricos. Cerca de 70% desse potencial está localizado na Região Norte, principalmente na Amazônia, onde avançar com projetos é uma tarefa complexa. Um exemplo pode ser visto no licenciamento das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, previs-

O que é lixo radioativo

Após anos de uso de uma certa quantidade de urânio, matéria-prima da reação que produz a energia nuclear, esse combustível vai se transformando em produtos como bário e césio. Ferramentas, roupas, sapatos, luvas e qualquer material que tiver contato com os produtos da fissão nuclear são considerados lixo radioativo. Materiais nucleares têm vida útil calculada em milhares de anos e continuam emitindo radiação mesmo depois de não ser mais usados na usina. Como a alta exposição à radiação é fatal, é preciso armazenar o lixo em locais protegidos. Nos EUA, restos são colocados em tambores lacrados e enterrados, bem fundo, em desertos. Também são classificados como lixo radioativo reatores desativados no mundo. Geralmente são cobertos de concreto e levados para lugares isolados.



FURNAS/DIVULGAÇÃO

Rejeitos radioativos de Angra 1 e 2 são colocados em tambores e guardados num depósito de concreto

tas para ser instaladas no Rio Madeira (RO). As discussões se arrastam há mais de três anos.

“Construir hidrelétricas na Amazônia implica danos à fauna, flora e às comunidades locais ao redor do empreendimento”, afirma o biólogo e consultor ambiental Fabio Olmos. “O panorama energético do Brasil é complexo. O que vale mais: construir hidrelétrica na Amazônia ou investir em usinas nucleares?”, questiona. As usinas hidrelétricas têm a vantagem de ser uma fonte alternativa de energia e seu custo é mais baixo – chega a 120 reais o MWh.

Outra possibilidade seria incentivar projetos de co-geração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar. Esse setor hoje responde por 1.600 MW de potência instalada – pouco menos que os 2 mil MW da potência somada de Angra 1 e 2. “Mas há potencial para que em pouco tempo chegue a 8 mil MW”, afirma o assessor de energia da União dos Produtores de Cana (Única), Onorio Kitayama. Os projetos demandam até 18 meses para ficar prontos – enquanto hidrelétricas e usi-

nas nucleares chegam a demorar até cinco anos. Os usineiros, no entanto, reclamam que para alcançar o potencial seria necessário elevar o preço da energia. Na Usina Termelétrica Pioneiros (SP), que gera energia a 105 reais o MWh, alegam que o ideal seria 135 reais.

Se há opositores à idéia, existem também defensores. O Brasil tem a sexta maior reserva de urânio do mundo. Usar esse potencial seria incrementar o conhecimento tecnológico do país em um campo cada vez mais usado, não apenas para fins de geração de energia como também na medicina. Nos últimos 30 anos o único acidente de grandes proporções foi o visto na Rússia. De lá para cá, os reatores ficaram mais seguros, com sistemas de ventilação mais sofisticados, que impedem o superaquecimento. A França, por exemplo, gera 80% de sua

Outra possibilidade seria incentivar projetos de co-geração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar. Esse setor hoje responde por 1.600 MW de potência instalada

energia por meio de reatores nucleares. O Japão é outro grande investidor no setor. A energia nuclear não emite gases nocivos à atmosfera e, com a disparada do preço do petróleo, ganhou competitividade em relação a outras fontes. ☺

O longo caminho para a paz

A cada seis meses, desde 2004, cerca de 1.200 brasileiros desembarcam no Haiti, com a tarefa de pacificar um dos países mais pobres e instáveis do continente. E o Brasil deve continuar na missão de paz da ONU pelo menos até 2011

Por Spensy Pimentel

Montanhas de lixo que se espalhavam três anos atrás pelas ruas de grande parte de Porto Príncipe, capital haitiana, já são mais raras. Comerciantes lotam calçadas à frente de renascentes restaurantes e cibercafés – onde a população se comunica com parentes no exterior, responsáveis pelo envio anual de cerca de 1,6 bilhão de dólares, quase 50% do PIB. Brasileiros há mais tempo no país contam que o andar despreocupado das pessoas em certas ruas tem gosto de novidade. No auge da onda de violência, chegou-se a adiantar o fim do expediente para 16h, antes de escurecer.

À noite, na véspera do Dia da Bandeira, 18 de maio, as festas de rua se esten-

diam até as regiões mais remotas de bairros como Cité Soleil. “Aqui, toda vez que a gente chegava, podia esperar que vinha tiro”, conta um dos soldados que acompanhamos em uma ronda noturna. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) completou três anos. Neste mês, chega o sétimo grupo de 1.200 “capacetes azuis” brasileiros. Eles vão encontrar um país diferente daquele de 2004, quando a missão foi criada pelo Conselho de Segurança da ONU após a crise gerada pela deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide, mas com desafios talvez menos adequados a militares.

A fase crucial de pacificação foi completada há três meses, na avaliação do comando militar da missão, a cargo do general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz. “Quebramos a estrutura



FOTOS: SPENSY PIMENTEL/ABR

CONQUISTA Crianças e jovens haitianos aguardam em fila organizada para receber donativos das tropas brasileiras da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). Após ações militares, conquistar a confiança da população é desafio para as forças



PAZ, IRMÃO
No bairro de Cité Soleil, um dos mais pobres e populosos de Porto Príncipe, soldado brasileiro confraterniza com menina haitiana

KENA BETANCUR/REUTERS

dos grupos armados e das gangues que controlavam determinadas áreas”, conta. “A primeira fase da missão, de permitir a presença do governo haitiano em qualquer parte do território nacional, foi cumprida.” O marco dessa passagem teve tropas brasileiras como protagonistas. Entre dezembro e março, uma seqüência de operações ocupou pontos estratégicos em Cité Soleil, um dos bairros mais pobres, com mais de 200 mil habitantes. Foram presos quase 700 suspeitos de participar de gangues ou de *chimères*, grupos armados acusados de promover o terror na capital, com seqüestros e assaltos, extorsão de dinheiro de comerciantes e tráfico de drogas.

No período de atuação das tropas, grupos internacionais de direitos humanos disseminaram pela internet versões alar-

mantes. Falavam em “dezenas de inocentes mortos” nas operações, quando, segundo o comando da missão, não houve vítima que não pertencesse às “forças adversas”. A versão é endossada pela ONU, que monitora a ação dos soldados com especialistas em direitos humanos.

Nem branco, nem preto

René Prével, presidente democraticamente eleito em fevereiro de 2006, quer a permanência da missão – embora tenha adotado discurso mais dúbio ao longo do ano passado, quando tinha aliados a apoiar nas eleições legislativas e locais que se seguiram à vitória presidencial. A popularidade de Prével permanece elevada. Durante a apuração das eleições, seus partidários encontraram urnas e votos não contabilizados em um depó-

sito de lixo da capital e acusaram tentativa de fraude. Uma multidão saiu às ruas para exigir a posse.

A ambigüidade no discurso, no Brasil conhecida como “tucanagem”, no Haiti é chamada de *marronage* (nem branco, nem preto; marrom), em referência à estratégia de dissimulação dos escravos negros para enfrentar o colonizador, e foi essa estratégia que Prével teve de empregar após sua posse. Ele pediu que a Minustah não atacasse os grupos armados, porque tentaria negociar uma trégua com eles – o que acabou não sendo possível.

Logo após a última eleição do ano, no início de dezembro, a situação estava insustentável, com aumento da criminalidade, e, dias antes do Natal, com carta-branca dada pelo governo, como ressaltam os militares, foram lançadas as

primeiras ofensivas contra os grupos de Cité Soleil. O trabalho progrediu com a conquista dos “pontos fortes” dentro do bairro e terminou em 11 de março. Antes dessas ações, certas áreas de bairros eram inacessíveis até para a Polícia Nacional Haitiana. O comando militar da missão da ONU considera que, a partir de agora, passa a haver plenas condições para que o poder público haitiano, em colaboração com a comunidade internacional, volte a atuar em todas as regiões do país.

“Há risco de reorganização das gangues. Por isso, temos um trabalho permanente a fazer até que a polícia do Haiti possa substituir as tropas. É hora de prepará-la para enfrentar esse desafio”, avalia o general Santos Cruz. Esse trabalho é responsabilidade de outro setor da força de paz, a Polícia da ONU, que mantém 1.800 homens no país. Apenas três policiais brasileiros trabalham nessa área, como conselheiros técnicos.

Um deles, o tenente Sérgio Carrera, da Polícia Militar do Distrito Federal, lembra que recuperar a confiança da população em sua polícia é árdua tarefa. Os haitianos têm viva a lembrança da atuação dos Tonton Macoute, milícias com poder policial formadas pela ditadura dos Duvalier entre os anos 50 e 80. “Aqui, ainda hoje, a polícia chega a uma comunidade, as pessoas correm em pânico, porque antigamente, quando a polícia chegava, era para matar”, conta.

Reconstrução

Pelo plano da ONU, a recomposição da polícia segue até 2011, com a incorporação de 1.500 novos profissionais haitianos à força, a cada ano. Hoje, são cerca de 7 mil policiais – pouco, num país de 8,5 milhões de habitantes. Em paralelo, é preciso fazer uma reforma do Judiciário. Segundo os cálculos da ONU, mais de 80% dos presos no país não passaram por julgamento. “Acho difícil que para o Haiti venham investimentos, que se possa gerar empregos, desenvolvimento, que venham turistas, se não há um nível mínimo de Estado de Direito”, explica o representante especial do secretário-geral da ONU no Haiti, o guatemalteco Edmond Mulet.

Terminado o processo de pacificação, começa a fase intensiva de “ações cívico-sociais”, como as tropas de paz denominam trabalhos como distribuição de



água potável e comida, reforma de equipamentos públicos como escolas e limpeza das ruas. O objetivo dessas ações é conquistar a confiança da população e fazer com que perceba benefícios concretos da pacificação. O problema é que os projetos têm curto alcance, e as necessidades do país são enormes. Na capital,

praticamente não há iluminação pública nem água potável ou saneamento básico nas residências.

São décadas sem investimentos. Uma viagem de 150 quilômetros pelas estradas do interior pode levar um dia inteiro. A demora em ações mais estruturantes pode erodir a popularidade das tropas.



AGÊNCIA BRASIL

PAIXÃO PELO FUTEBOL

Os haitianos adoram o futebol brasileiro. Em 2004, soldados desfilaram pelas ruas de Porto Príncipe com a Taça do Mundo buscando simpatia. Hoje os “capacetes azuis” ajudam a população até na distribuição de água

“Risco para a imagem das Forças Armadas brasileiras eu não creio que possa haver, mas é uma questão que preocupa a todos”, diz o general Enzo Martins Peri, comandante do Exército brasileiro, para quem o aporte de apoios humanitários precisa ser incrementado com rapidez.

A ONU tem enfatizado que o projeto haitiano de retomada do desenvolvimento tem de ser coordenado pelo governo do país, mas o que parece trivial implica problemas insuspeitos. Os haitianos com maior escolaridade formam grande parte do contingente de 1,5 milhão de emigrados para países como Canadá e Estados Unidos. Quatro a cada cinco haitianos com formação escolar mínima foram embora. Praticamente dois a cada três que ficaram são analfabetos – e cerca de 80% da população vive com menos de 2 dólares por dia, segundo estimativa

muito difundida, embora pouco confiável, como a maioria das estatísticas disponíveis sobre o país. Some-se a isso a dificuldade de pagar os funcionários mais qualificados – dois terços do orçamento público, todo ano, saem da ajuda humanitária estrangeira. A simples viagem de um ministro para angariar fundos no exterior pode paralisar por semanas todo um debate sobre determinado projeto, porque muitas vezes não há outro interlocutor possível que não o titular da pasta. O histórico de corrupção também estimula governos de alguns países a levar ONGs ao Haiti, em vez de doar recursos diretamente para o governo.

Fica ainda a dúvida se a natureza dos novos projetos vai conseguir superar a lógica histórica de exclusão social. Graças à instabilidade política, o Haiti é um dos poucos países do Caribe onde não se instalou uma indústria do turismo com lógica segregacionista: resorts caros em que os turistas de países ricos passam todo o tempo que permanecem no país, sem ter o mínimo contato com a “perigosa” população local.

O fim das sanções norte-americanas ao Haiti pode viabilizar a volta das *maquiladoras*, como são conhecidas as manufaturas de produtos de baixo preço para exportação para os EUA, beneficiadas por abatimentos tributários. Grandes redes de varejo como o Wal-Mart eram freguesas assíduas dessas empresas. Na agricultura, outra das alternativas em curto prazo para a mão-de-obra menos qualificada, fica a dúvida sobre qual modelo adotar. Historicamente, o país produzia cana-de-açúcar em larga escala para exportação – e nem essa cultura sobreviveu à abertura comercial imposta pelos EUA nos anos 90 como condição para que o então presidente Jean-Bertrand Aristide pudesse voltar depois de deposto por um golpe militar.

Para conseguir pôr em marcha todo esse processo de retomada do desenvolvimento, a ONU estima que serão necessários, no mínimo, mais quatro anos de operação da Minustah. Exemplos recentes como o do Timor Leste, onde a retirada precipitada das tropas levou à retomada de conflitos armados, estimulam a cautela. “As necessidades do Haiti são grandes. O comprometimento da comunidade internacional deve ir além de quatro anos”, diz o brasileiro Luiz Carlos da Costa, represen-

tante da ONU. Não necessariamente com presença ostensiva de tropas. A idéia é que pouco a pouco a configuração seja modificada, com mais profissionais que auxiliem na retomada do desenvolvimento e na consolidação democrática. “A tendência é que, com mais estabilidade na questão da segurança, as agências internacionais aumentem sua presença.”

Num país que depois de 200 anos de independência e república conseguiu organizar apenas cinco eleições presidenciais, começar esse processo sob a liderança do único presidente em toda a história que conseguiu terminar um mandato presidencial (entre 1996 e 2000) pode ser alvissareiro. Mas pelas ruas de Porto Príncipe, um pouco mais limpas e mais seguras, ainda é da fome e da falta de trabalho que as pessoas reclamam. O tom não é diferente do que ouvi de um haitiano três anos atrás: “Qualquer nacionalidade que vier aqui e não nos arrumar empregos não estará fazendo nada pelo Haiti”. ❧

O repórter viajou ao Haiti pela Agência Brasil, a convite do Ministério da Defesa

Isolamento

Foi na ilha de Hispaniola, no Caribe, em cuja parte ocidental hoje fica o Haiti, que Cristóvão Colombo desembarcou em 1492 para, seja lá o que isso signifique, descobrir a América. E foi também no Haiti que, em 1804, aconteceu a primeira e única revolução em que escravos negros declararam a independência de um país. De lá para cá, pelo terror que inspirava nos escravocratas do continente, o Haiti caiu num isolamento que só poderia ser rompido pela Minustah, tais as repercussões internacionais que ela alcança.

“Como foi libertado por uma rebelião de escravos e sofreu muita discriminação por isso, o Haiti permaneceu isolado por muito tempo”, diz o ativista Camille Chalmers, da Plataforma Haitiana em Defesa do Desenvolvimento Alternativo. “A missão de paz poderia ser a ponte para superar esse isolamento, mas isso não está acontecendo. Precisamos de uma missão verdadeiramente solidária, com cooperação em projetos concretos.”



Yes, nós temos ciência!

Casca de banana que despolui. Caixa que detecta poluição. Borboleta que identifica reflorestamento ineficaz. Prêmio descobre e incentiva jovens cientistas, mas o país ainda está em débito com seus pesquisadores

Por Xandra Stefanel

Milena Rodrigues Bonio-lo estudou da 4ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio em escolas públicas de Barueri, na Grande São Paulo. De família humilde, batalhou bolsa no cursinho e na faculdade para estudar Química. Mais que estudar, buscava conhecimento capaz de gerar alguma mudança no mundo. Já no primeiro ano da faculdade “colou” nos professores e soube dos cursos de verão da Universidade de São Paulo (USP). Todas as férias, “descansa estudando”. Mal terminou a licenciatura e já estava dando aulas em uma escola particular de Barueri.

Em março, Milena ficou em primeiro lugar no 22º Prêmio Jovem Cientista, categoria Graduado, por desenvolver técnica que utiliza casca de banana para retirar efluentes radiotóxicos da água. Depois de discursar para o presidente da República e ministros na solenidade de premiação, em 15 de maio, virou a atração da escola. Foram 1.751 inscrições – 268 de pesquisadores graduados com menos de 40 anos, 128 de estudantes do ensino superior e 1.355 de estudantes do ensino médio. O prêmio existe desde 1981 e prioriza soluções para problemas do cotidiano. O tema dessa edição foi Gestão Sustentável da Biodiversidade. Os projetos inscritos deveriam promover a preservação do meio ambiente, ser inovadores e de fácil aplicação.

Milena atendeu a todos os requisitos a partir de um ingrediente bem brasileiro. Ela cresceu vendo a mãe deixar cascas de banana no telhado para secar e virar adubo. Estudando o poder da fibra do coco na absorção de metais pesados, pensou em testar a banana. Encheu uma fôrma com cascas e deixou por cinco dias no telhado, sob o sol. Levou o material para o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, onde faz mestrado, e mostrou a proposta a sua orientadora, Mitiko Yamaura. Numa pequena quantidade de água, ela simula efluentes industriais, no caso urânio, muito utilizado na indústria de fertilizantes. Depois de triturar as cascas e peneirar, joga o pó na água contaminada e coloca a mistura num aparelho que a agita por 40



FOTOS: JAILTON GARCIA

SIMPLES E GENIAL

Milena e Felipe buscaram soluções baratas para ajudar a resolver problemas complexos que afetam o meio ambiente

minutos. O pó capta 65% do urânio e, por ser mais pesado, fica no fundo do recipiente. Com uma seringa, ela extrai a água limpa e repete a operação. “Cada vez que fazemos isso removemos 65% de metais pesados”, explica. Eles são altamente radioativos e ficam estocados sob o solo. Se chegam ao organismo humano, não são descartados e provocam mutações celulares que podem causar até câncer.

O estudo ainda é feito em escala laboratorial, mas Milena já começou a mexer as pipetas para explorar sua aplicação em indústrias poluentes. “Estou há dois anos dentro do laboratório. Quero fazer a idéia virar negócio e ajudar na preservação das águas logo.” Milena pretende desenvolver um filtro para utilização na indústria e pesquisar maneiras de remover outros metais pesados.

Detector de fumaça

Felipe Arditti ficou em primeiro lugar na categoria Estudante do Ensino Médio com um projeto de controle de emissão de poluentes. Estudante de uma escola judaica de São Paulo, passou 2006 inteiro concebendo seu trabalho. O resultado foi uma caixa de madeira com um cano de PVC e outro de vidro, uma célula solar (utilizada em calculadoras), uma lanterna e um voltímetro. A engenhoca é capaz de verificar se a fumaça do escapamento de um caminhão extrapola o limite de emissão de monóxido de carbono. O aluno afirma que a análise feita pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), de São Paulo, é subjetiva, já que os fiscais comparam no “olhômetro” a cor da fumaça com uma tabela de cores. “Existem variações de cinza, e busquei a precisão. Espero contribuir um pouco para reduzir a emissão de poluentes”, explica Felipe, que termina o processo de patente da idéia para apresentar à Cetesb.

O cano que sai da



caixa é acoplado ao escapamento. Quando o motor é ligado, a fumaça emitida é iluminada pela lanterna, absorvendo certa quantidade de luz. Quanto mais luz é absorvida, maior a poluição. A luz que não é absorvida pela fumaça é captada pela célula solar ligada ao voltímetro e, transformada em energia, permite comparar a cor da fumaça com mais precisão. Quanto menor a energia da célula, mais poluente a fumaça.

Na categoria Ensino Superior, Ericka Patrícia de Almeida Lima-Verde, da Universidade Federal da Paraíba, levou a melhor. A estudante de Ciências Biológicas avaliou o impacto do reflorestamento de restingas sobre borboletas *Nymphalidae*. Concluiu que a comunidade dessa espécie que vive em locais conservados de restinga tem uma estrutura bastante diferente das que vivem em áreas com alterações ambientais. E mostrou que o reflorestamento não está conseguindo restabelecer uma comunidade de borboletas semelhante à original, o que indica um desequilíbrio do ecossistema.

A iniciativa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com Eletrobrás/Procel, Grupo Gerdau e Fundação Roberto Marinho, concedeu a nove jovens pesquisadores prêmios que variam de 7 mil a 20 mil reais. O dinheiro ajudou Milena a quitar um terreno que comprou financiado, mas o que ela quer mesmo é ser valorizada no próprio país. Para ela, deve haver um incentivo maior para a comunicação entre o setor produtivo e a academia. “Eles têm os problemas e muitas vezes temos a solução, mas não falamos a mesma língua.

Eu questiono o que está sendo feito para os jovens cientistas de hoje serem grandes empreendedores de amanhã.” O desafio está lançado. “Um pesquisador no Brasil passa o dia em projetos que devem ajudar a sociedade e ganha muito pouco. É por isso que há tanta emigração de conhecimento para o exterior. Existe a possibilidade de eu ir estudar no Canadá, mas gostaria de poder aplicar minha pesquisa e meu conhecimento aqui. Assim como a banana, eu sou muito brasileira, mas preciso ser reconhecida.”



O Projeto Boraceia, em São Paulo, já mostrou ser possível proporcionar teto, aprendizado, renda e dignidade a moradores de rua. Agora, parece nada mais que um abrigo onde dormem o ócio e o desalento

RUMO incerto

Por Xandra Stefanel

Rogério Helena já foi auxiliar de enfermagem, perdeu emprego, família e hoje, aos 40 anos, tem como companhia as cachorras Suzi e Dudu. Antes de dominar o ofício de percorrer a cidade com sua carroça catando e separando lixo, sua morada era a rua. Como a de José Ismar, de 58 anos, que depois de se separar dos parentes e não conseguir mais trabalho como carpinteiro passou dois anos alternando marquises do bairro do Cambuci, na capital paulista, com o pouso em albergues. Quando os prazos de estadia venciam, ele voltava para a rua. Seu Zé também ganhou um cachorro “de raça”, mas teve de se desfazer dele porque os albergues não o aceitavam.

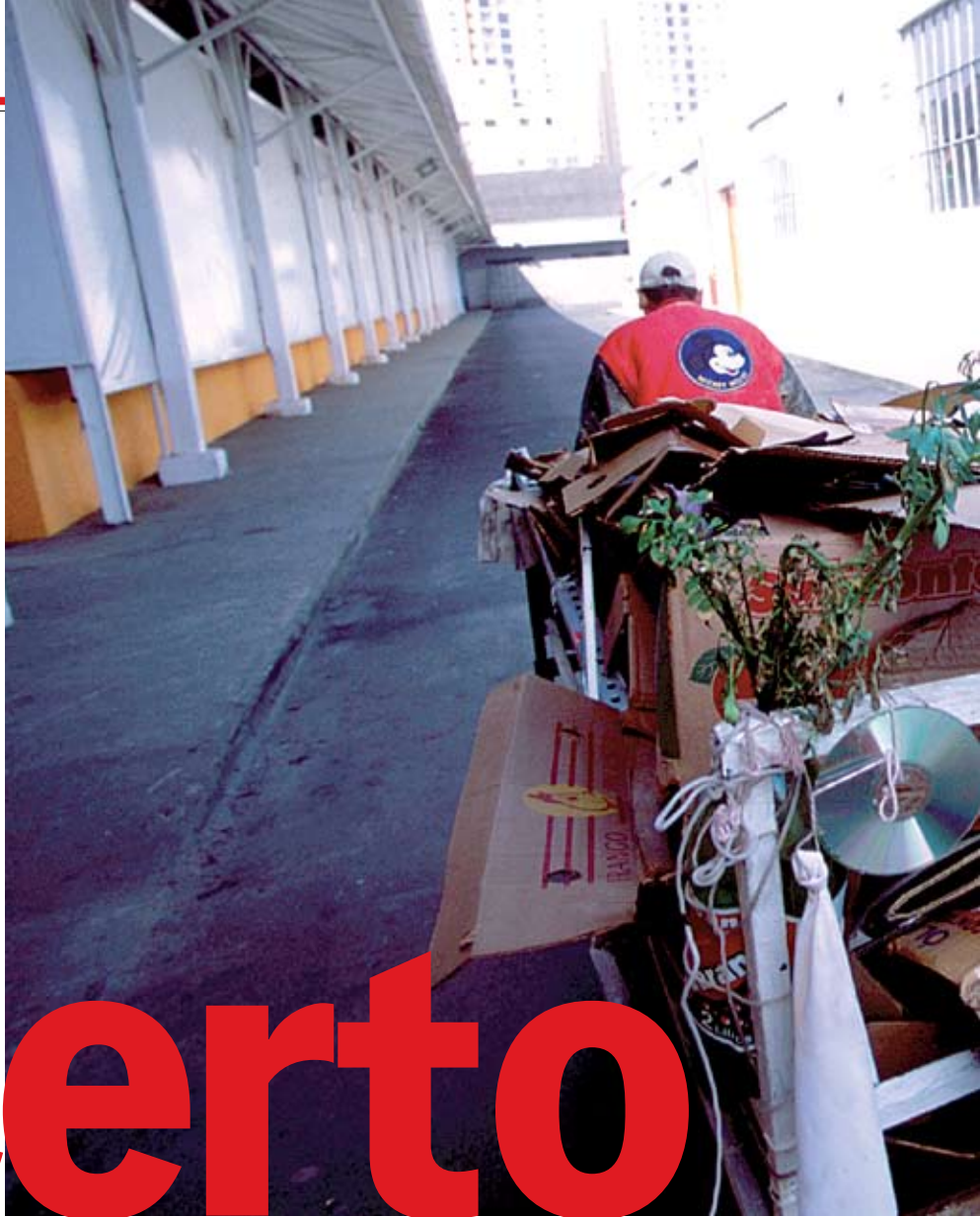
De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP, em

2003 a cidade de São Paulo tinha cerca de 10 mil pessoas em situação de rua, 60% em albergues, como Zé Ismar, e os demais ao relento, como Rogério. Naquele ano, a Prefeitura de São Paulo criou um albergue novo, grande, para abrigar, além dos usuários, suas carroças e cachorros: o Projeto Oficina Boraceia. Com a proposta de oferecer condições de convívio, oficinas e perspectivas de geração de renda para as pessoas em situação de rua, o projeto era coordenado pela Secretaria de Assistência Social e, com parcerias de organizações não-governamentais, fornecia alimentação, abrigo, higiene, cultura, educação, qualificação e encaminhamento para vagas no mercado.

“O Boraceia foi todo concebido com intuito de não ser mais um albergue, mas sim um centro de treinamento e prestação de serviços que oferecesse estadia temporária às pessoas com suas carro-

ças e seus animais de estimação”, lembra a professora e coordenadora do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC-SP, Aldaíza Sposati, ex-secretária de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo. Rogério Helena foi um dos primeiros usuários. “Gostei muito. Eles receberam bem a Suzi e a Dudu e eu fiquei em um quarto comunitário. Se eles não aceitassem minhas cachorras, talvez eu estivesse na rua até hoje.” Rogério não usava o espaço só para dormir. Aprendeu o processo completo da reciclagem do lixo – coleta, seleção, prensa e venda dos materiais. Juntou economias e alugou o quarto-e-sala onde mora.

Maria dos Anjos Rosendo, de 36 anos, ficou no Boraceia de agosto de 2005 a dezembro de 2006. Frequentou oficinas de reciclagem, manicure, computação. Nessa época ainda eram realizados os cursos profissionalizantes, além de estágios re-





MARCELO MIN/AGÊNCIA FOTOGRAFIA

zantes, parece ter se transformado em apenas mais um albergue, um abrigo para 680 pessoas, 500 delas em período integral – famílias, idosos, deficientes e doentes.

O que restou do projeto original foram o Telecentro (inclusão digital), a lavanderia e o restaurante. Não se ouvem mais latidos nem o ranger das carroças pelas ruas do terreno. O aspecto de abandono é evidente. E não parece ser por opção do Instituto Cireneu, responsável por dois outros albergues considerados muito qualificados.

A atual coordenadora da área explica que com a reforma das instalações, entre janeiro e dezembro deste ano, fica impossível promover cursos e oficinas. “Estamos adequando o espaço físico, mas o recurso vem pingadinho; até o final do ano a reforma termina e em janeiro voltam as oficinas, para 300 pessoas”, afirma Simoni.

Os portões já não ficam abertos como antes, nem a fachada é receptiva. Em frente ao espaço havia uma obra de arte



SÓ NA LEMBRANÇA
As fotos mostram o Boraceia ontem e hoje. Maria chegou a frequentar oficinas de reciclagem, manicure e computação no espaço



FOTOS: JAILTON GARCIA E BETO GARAVELLO

munerados na área de alimentação, lavanderia e enfermagem. “Eu fazia unhas das mulheres que moravam no albergue e vendia cafézinho. Consegui alugar uma casinha, passei o Réveillon na casa nova. A reciclagem me fez ter mais condições, hoje eu dependo dela para sobreviver, manter meu filho de 2 anos e pagar o aluguel de 200 reais.” Maria dos Anjos faz parte da Cooperativa de Catadores da Barra Funda (Coopersoma).

Mudança de rumo

O flanelinha Joel Marques Bezerra, 44 anos, chegou ao Projeto Oficina Boraceia em fevereiro deste ano. Passou os últimos 29 anos morando na rua. “Acordo, tomo café, tomo banho, almoço e fico conversando com o pessoal. Não vejo nada acontecendo”, relata. Seu “vizinho” João Batista

Caetano também não vê. Depois de um mês de estadia, além de não ter nenhuma atividade para “passar o tempo”, passou a se incomodar com um bichinho que o atormenta quando vai dormir. “É difícil agüentar as muquiranas na cama, dá muita coceira”, reclama.

No ano passado, a prefeitura trocou a gestão pública partilhada entre cinco ONGs pela gestão privada de uma única entidade, o Instituto Cireneu, escolhido por licitação. “Com uma ONG só há redução de custos e maior facilidade em administrar”, defende Simoni Bausells Piragine, coordenadora da Proteção Especial Adulta da Prefeitura de São Paulo. Mas o que antes era um centro de capacitação de pessoas em situação de rua, com espaço comunitário, cinema, centro de estudos, auditório, oficinas e cursos profissionali-

feita com materiais reciclados que representava um catador com sua carroça e seu cachorro. Era possível entrar e sair à vontade e almoçar por 50 centavos. Agora, restam uma faixa vermelha velha quase imperceptível, as paredes sujas e portões fechados.

A atual responsável pela área insiste em afirmar que o projeto original não foi alterado, apenas está passando por adequações físicas. Simoni, no entanto, admite que o “perfil” da atual administração não é fazer “grandes complexos”, mas serviços menores e focados em demandas diferenciadas. “Com essas novas adequações, o Boraceia vai ter o modelo que a gente quer.” Ao que parece, não mais um modelo como o que capacitou Rogério, José Ismar e Marta dos Anjos a dar um novo rumo à vida. ☺☺☺

Mar de lonas

No acampamento João Cândido, em Itapeceira da Serra, na Grande São Paulo, milhares de famílias são movidas pela solidariedade e pelo sonho da moradia digna



Por Luciano Máximo. Fotos de Nathalie Stahelin

Passa das 9 da noite no acampamento João Cândido. Cinco mil barracos formam um mar de lonas escuras. Construídas em linha, as tendas preenchem o amplo vale ocioso ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em Itapeceira da Serra, na divisa com a cidade de São Paulo. Fogueiras amenizam o ar de assombro. Lançam fagulhas, aglutinam pessoas em rodas com música, comida e bebida. Há muita vida no lugar. Misturo-me às mais de 3 mil famílias que habitam os telheiros escuros e compartilham o sonho da moradia digna.

Próximos do fogo, o catador de papelão Antônio, a cozinheira desempregada Maria José e um pequeno grupo de novos vizinhos contam que não hesitaram em mudar para o acampamento. Conheci Antônio Ferreira, catador de recicláveis de 57 anos, pela manhã. Montava seu barraco e ajudava os vizinhos. Na carroça, trazia caixas vazias de papelão – desprezadas por consumidores das Casas Bahia, a uns quatro quilômetros dali – que em breve serão o colchão dos menos precavidos – eu entre eles.

Antônio é baiano de Ilhéus. Chegou a São Paulo há mais de 20 anos. Já vendeu relógios paraguaios, consertou carros, ajudou a erguer casas. Sonhava construir a sua, com a mulher e as duas filhas. Os planos não saíram como ele queria. Sucumbiu à bebida, viu a família voltar para a Bahia, parou na rua. Hoje mora de favor com a irmã mais velha. Tem, além da carroça, sofá-cama, tevê de 14 polegadas e um gaveteiro. As roupas são



EM BUSCA DE UM LAR
A maioria dos acampados mora de aluguel, de favor ou em favelas e áreas irregulares



ORGANIZAÇÃO Helena: “Cada família é cadastrada. Marido e mulher têm de apresentar CPF e RG para evitar a ação de oportunistas”

BOA PERGUNTA Antônio já foi morador de rua: “Tiro 500, 600 reais por mês, por que não posso ter minha casa?”

poucas, como a privacidade de quem mora de favor. “Tiro 500, 600 reais por mês, por que não posso ter minha casa?”

A cozinheira Maria José Penteado, de 43 anos, saiu de Sergipe há 17. Há pouco tempo estava empregada e quase metade do salário ia para o aluguel. “Fiz uma promessa para meus filhos: vou conquistar nossa casinha.” O mais velho, de 16 anos, virou “chefe” da casa e responsável pelas duas irmãs menores, enquanto Maria José passa dia sim, dia não no acampamento. “Minha mãe e vizinhos também ajudam, as crianças não podem perder aula. O dinheiro do seguro-desemprego vou usar para manter o aluguel em dia e para procurar outro trabalho, e tenho certeza que logo vamos ter uma definição aqui, um plano pra gente pagar por uma casa nossa.”

Sol e chuva

Não há energia elétrica nem água corrente. Higiene pessoal se resume a banho com canequinha e escovar os dentes com água suspeita, armazenada em garrafas plásticas. Banheiro é ao ar livre, há um grande esforço para construir mais fossos longe dos barracos. “Às vezes dá medo ir lá no meio do mato”, diz uma jovem acampada. A comida é preparada em fogareiros no chão de terra ou nos barracões de lona das cozinhas comunitárias. Arroz, macarrão, sopa são as opções – lavar a louça depois dá um trabalho fora do normal.

Quando chove é um deus-nos-acuda. Quando o sol está muito forte é impossível ficar sob a lona. Para compensar, tem o futebol no campo oficial da ocupação. O Morro do Osso é o principal time. Os ruídos de crianças brincando no fim de semana ou na creche instalada no acampamento também combatem o baixo-astral. Há ainda manifes-

tações culturais, debates, música, teatro.

A maioria dos acampados mora de aluguel, de favor ou em favelas e áreas irregulares. No geral, são famílias que ganham até dois salários mínimos e sofrem com a burocracia para participar de um programa habitacional. O terreno ocupado tem mais de 1 milhão de metros quadrados. A área virou ponto de ação de traficantes e ladrões de carro. No local funcionava o Frigorífico Eder, que faliu. Foi arrendado pelo Banco do Brasil, repassado

ao Banco Noroeste e depois vendido por muito menos de 40 milhões de reais, valor hoje atribuído ao terreno pela Sociedade Itapeperica Golf e Urbanização, proprietária da área. “É mais uma terra destinada à especulação imobiliária, esperando valorização para ser vendida por um preço exorbitante ou para a construção de um campo de 18 buracos”, afirma Helena Silvestre, coordenadora do MTST.

Helena, de 22 anos, lembra que no primeiro dia da ocupação pouco mais de mil pessoas participaram. “A mobilização cresce dia após dia. Cada família é cadastrada. Marido e mulher têm de apresentar CPF e RG para evitar a ação de oportunistas. Dividimos o acampamento em mais de 30 setores, com líderes eleitos e responsáveis pela melhoria da infra-estrutura, higiene, limpeza, educação e disciplina de cada grupo”, explica. Helena se coloca lado a lado com gente experiente para falar dos valores do movimento, como união, trabalho e solidariedade. Nas assembleias diárias, diante de centenas de pessoas, se faz ouvir sem microfones. Nomes como o do dramaturgo alemão Bertolt Brecht e do marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata e inspiração do acampamento, figuram sem vacilo em suas falas. ❧

Campo de golfe

O acampamento João Cândido começou em 17 de março. Dois dias depois, num domingo à noite, a juíza de plantão Denise Fortes Martins decretou a reintegração de posse da propriedade de 1,3 milhão de metros quadrados. Luiz Arthur Caselli Guimarães, ex-presidente e atual diretor da Confederação Brasileira de Golfe, e Mário Sérgio Duarte Garcia, ex-secretário de Justiça de SP, sócios de um influente escritório de advocacia em São Paulo, querem construir um campo de golfe no local. O movimento pressionou e provocou negociação envolvendo prefeitura, estado e União. No último dia 18 de maio a área foi desocupada, pacificamente. O MTST lamentou que “um latifúndio urbano que ganhou vida com a ocupação volte a ficar ocioso”, mas ressaltou as conquistas do acampamento. Serão construídas 350 casas em terreno cedido pela Prefeitura de Itapeperica, com recursos da Caixa Federal e da empresa estadual de habitação, CDHU. As negociações continuam para resolver o problema das demais famílias.



● Nossa tradição popular é o encontro de dialetos das culturas negra, ibérica e indígena. Desses distintos dialetos surgem expressões artísticas que são o cimento, a liga maior, a pedra angular da dança brasileira



Brincar, atuar, transformar

Na arte de Antonio Nóbrega, música dialoga com dança, e esta com uma história engraçada, e esta com o instrumento. Para ele, as manifestações da cultura popular são ricas em conteúdo e sonho

Por Krishma Carreira e Paulo Salvador. Fotos de Paulo Pepe

O músico pernambucano Antonio Nóbrega tem formação erudita, paixão pelo violino e encantamento pela arte popular. Em seus espetáculos canta, toca, dança, movido por esses ingredientes, reunindo folclore, literatura de cordel, circo, carnaval e, claro, frevo, para ele o grande representante de nossa arte. O ingresso de Antonio Nóbrega nesse mundo deve-se ao dramaturgo paraibano Ariano Suassuna, que o recrutou para o Quinteto Armorial, em 1969, um dos primeiros grupos a criar música de câmara erudita com raízes da cultura popular. Atualmente, esse diplomata da cultura brasileira tem sua embaixada no Teatro Brincante, na Vila Madalena, bairro boêmio de São Paulo. Foi nessa casa especial que Nóbrega recebeu a *Revista do Brasil*. Os ingressos para seus shows sempre se esgotam rapidamente, embora seu trabalho não freqüente jornais, revistas, televisão ou rádio. Talvez porque ele mostre um Brasil que a mídia não faz questão de revelar. E por que os shows ficam tão lotados? Foi o que a *RdB* quis saber e mostrar nesta entrevista.

Qual é sua grande paixão, música ou dança?

Eu não conseguiria ser um artista filiado a um único desses universos. Gosto muito da dança, mas gosto com muita intensidade do violino. Não pratico uma manifestação artística só com o fim de me expressar, mas também de me colocar um pouco mais dentro de mim mesmo. A pessoa pode não ser dançarina profissional, mas ao praticar uma dança ela se reequilibra um pouco consigo mesma. Como eu também acredito que, para quem toca um instrumento – mesmo não sendo um profissional –, no momento em que ele está com um instrumento tem algo de terapêutico. Por isso tenho dificuldade de dizer qual é minha maior paixão. Eu gosto do conjunto, da soma.

Essa multiplicidade foi planejada?

Quando Ariano (*Suassuna*) me chamou para o Quinteto Armorial foi na condição de músico instrumentista. Mas, antes do Quinteto, eu tinha um conjunto com as minhas irmãs, em que já me exercitava como bailarino, quando tinha de 13 a 16 anos. Então, com o convite de Ariano, eu apenas fiz uma pausa. Porque, à medida que comecei a me encontrar, a descobrir os artistas populares, fui retomando a dança. Mas já sob um novo olhar, uma nova orientação.

O que despertou em você a cultura popular?

Se o Ariano não tivesse me convidado (*para integrar o Quinteto Armorial*), eu provavelmente desconheceria.



A cultura ajuda as pessoas a se transformar e elas poderão ajudar a melhorar o mundo. Quem lê um Grande Sertão, do Guimarães Rosa, sofre um abalozinho. Passa a ter uma consciência melhor do que quem não leu

Como ele o descobriu?

Eu fazia parte de algumas orquestras, a Orquestra Sinfônica, a Orquestra de Câmara da Paraíba, e ele me viu tocando um concerto de Bach, na Igreja de São Pedro dos Clérigos, no Recife. Ele precisava de um violinista e me chamou. Mas até àquela altura eu, como os demais filhos da classe média brasileira, desconhecia a cultura brasileira em geral e, particularmente, a nossa cultura popular. Comecei a conhecer os Cantadores, o Bumba meu Boi, a música dos Caboclinhos, dos Maracatus, a figura do passista, e todo esse elenco de artistas e manifestações foi me fascinando, me seduzindo intensamente. Isso foi um processo longo, de mais de dez anos, que continua ainda hoje, de apreensão desse universo, que veio se tornando a referência maior para meu trabalho de criação. Não a única. Mas o chão maior sobre o qual o meu trabalho repousa.

Você saiu do erudito para a capoeira. Isso não é popular, é uma tarefa complexa.

O popular é muito rico. O popularesco é na verdade uma degradação do popular. O popular é rico porque dentro do universo da cultura popular é uma forma de tornar procedimentos, conteúdo e significados permanentes. Quando a gente estuda um pouquinho vê, por exemplo, que nosso espetáculo popular tem no nosso teatro culto o mesmo papel que tiveram as festas populares no teatro grego. Ou que teve o teatro popular no teatro de Molière. Todas essas formas de teatro – o grego, o elisabetano, o japonês – têm uma viga que os une à tradição popular.

Por que eles são tão valorizados? O que faltou aqui no Brasil?

Eles tiveram historicamente um tempo muito grande para se firmar. O balé clássico que a gente conhece hoje, dança sofisticadíssima, veio também do universo de danças populares. Mas, para que essa elaboração fosse se efetuando, gastou-se muito tempo. Hoje, o tempo histórico é muito diferente. Quer dizer, as tradições populares convivem com um século modernizador e modernizante. Eu não sei se essas formas populares terão mais cem ou duzentos anos para se desenvolver e se transformar naquele teatro que a gente sonha se nós, pessoas de outros universos culturais, de alguma forma não colaboramos com essa transmutação.

Qual seria a dança que poderia representar o Brasil?

Nós temos uma vertente de tradição européia, que nos trouxe a dança clássica, a moderna, a contemporânea, o jazz como forma de expressão dançante, o flamenco... É a tradição ocidental que corre por aqui. Por outro lado, corre uma tradição popular, fruto do encontro de dialetos de diversas culturas, a negra, a

ibérica e a indígena. E desses distintos dialetos foram nascendo manifestações artísticas em que a dança está presente. Eu acho que elas são o cimento, a liga maior, a pedra angular da dança brasileira. Nós somos um povo bastante misturado, elas trazem várias linguagens do mundo. Dessas manifestações, algumas revolucionaram mais, como a capoeira, que está presente em todo o Brasil. Embora não seja propriamente uma dança, mas uma luta marcial – a gente luta dançando –, há elementos que me interessam como dançarino e coreógrafo. Entre as danças mesmo, eu acho que a que mais revolucionou foi o frevo. Tem um elenco de passos extensíssimo, para mais de cem passos, há uma pedagogia em curso – há professores e cursos de frevo, o que não é um fato corriqueiro em outras danças. Por exemplo, não existe aula de congada. No frevo, há até concurso de passistas. Então, esse universo do frevo é o mais representativo no que diz respeito à dança brasileira.

Mais que o samba?

Acho o repertório do frevo mais amplo e heterogêneo. É claro que eu dou todo o meu louvor e presto homenagem ao samba. Mas o frevo tem mais letra, é uma linguagem mais completa. Vejo no frevo uma grande base para construção de uma dança brasileira. Eu vejo a dança do Brasil como a síntese do frevo, de passo de capoeira, de congada, de procedimentos do maracatu, de firulas do samba, enfim, esse enorme caldeirão de movimento em sintonia com o grande patrimônio universal da dança. Aí, entra tudo o que o Ocidente fez, dança clássica, dança flamenca e, por que não, dança do oriente? Eu acho que tudo isso nos ajuda a construir a dança brasileira. É como um escritor. Por melhor que ele expresse o Brasil, vai ler Shakespeare, literatura americana e aquilo tudo vai ajudar na sua técnica, na sua elaboração, a escrever melhor sobre o Brasil e sobre a realidade dele. É assim também com a dança. Tem de conhecer as outras para estabelecer diálogo entre elas, celebrar um encontro que é próprio da nossa natureza cultural.

Por que o nome Brincante?

É como os artistas populares de certa região lá de Pernambuco se autoneciam. Os participantes do Cavalo Marinho, por exemplo, se dizem brincantes. Aqui no sul eu já vi muito a expressão folgadeiros. Lá no Nordeste tem uma expressão muito usada: folgazão. Isso é uma reminiscência do português mais antigo, que de resto pertence também a várias outras línguas. No inglês, o verbo *to play* é tanto brincar no sentido lúdico, como também atuar em uma peça, tocar um instrumento. No francês, *jouer* significa brincar como jogar malabares. Essa hibridez de brincar com atuar, como vivenciar ludicamente o universo infantil, a gente conserva através da palavra brincante.

O Brincante parece ser uma opção pela participação das pessoas, pela cultura popular, em que as pessoas expressam os seus valores.

Eu diria que não é nem uma opção. Eu digo que a arte popular do Brasil é vivenciada e mantida pelo segmento mais pobre da nossa composição social, os folguedos, os maracatus, os caboclinhos, congadas são mantidos pelos pobres do Brasil. Mas, curiosamente, pobre gosta até como uma forma de reivindicar, de resistir à penúria e à miséria. Eles aproveitam suas festas para se engalanar. É por isso que tem a presença do espelinho, da chita, do cetim. Os vidrilhos que eles usam são pobres materialmente, mas são ricos em conteúdo e em sonho. O Brincante é pobre, mas é de uma beleza muita rica.

E como você lida com o sucesso?

Eu me acho um artista não muito popularizado, embora meu trabalho venha do universo popular. O que dá muita repercussão ao artista é a televisão. E o meu trabalho não tem – salvo exceções – frequentado muito a grande mídia. Não tenho visibilidade constante nesses programas de grande audiência. Mas tenho realizado espetáculos sempre para platéias lotadas.

O que o faz conseguir esse público, então?

No meu espetáculo, a música dialoga com a dança, a dança dialoga com uma história engraçada, a história engraçada dialoga com a música instrumental... Essa heterogeneidade é uma forma de cativar as pessoas e trazer um público heterogêneo. E depois o seguinte: eu acho que o brasileiro gosta de si mesmo, do Brasil. A gente tenta esconder isso, mas não consegue (*risos*). Se os meios de comunicação mostrassem tudo, cada um poderia optar pelo que quisesse. Mas não é isso que ocorre. Enquanto danças brasileiras são mostradas em um segmento de uma televisão paga, em horários de difícil acesso, certos programas, às vezes de qualidade inferior, são vistos em horários mais interessantes, em TVs comerciais. O tratamento é desigual. O dia que tivermos uma amostragem mais ecumênica de tudo isso, aí a gente pode botar os ibopes da vida para fazer suas pesquisas e os resultados serão mais verdadeiros.

E a juventude?

O mundo com o qual estamos convivendo não nos satisfaz, e muito menos aos jovens.

Como usar a cultura para transformar?

Eu acho que a cultura teria de ter um papel maior nesse sentido. Mas infelizmente a divulgação pela grande mídia da nossa cultura vai muito por um viés da indústria cultural comercial, que capitalizou aquilo que modernamente se chama de cultura. É a cultura pop, o cinema hollywoodiano... Tudo é

mostrado como se fosse culturalmente representativo. Então, o diferente tem pouco espaço. Mas, às vezes, é muito mais importante. A pessoa conhece uma música instrumental como jazz e desconhece uma tão grande como o choro. O choro recebeu toda uma aura de música de passado. No Rio existe um grupo que toca o choro de uma forma moderna, da melhor qualidade. Então, eu acho que precisa ter uma consciência maior do papel da cultura como um todo. E não apenas ver aquilo que está atrelado ao que a indústria quer.

Como quebrar esse bloqueio? De forma individual, coletiva, ou por intermédio dos governos?

Através de tudo isso. O governo tem de entender o papel da cultura, mas nós, cidadãos, também temos. Desde aquilo que deixamos nossos filhos ver na televisão, aquilo que a gente conversa na mesa, a escola que a gente escolhe. Então existe o plano individual, o nacional e o internacional. É difícil, porque estamos dentro de um modelo capitalista, cujo exercício, principalmente no nosso continente, tem sido predador. A cultura ajuda as pessoas a se transformar e elas poderão ajudar a transformar o que está aí. Se você ler uma obra, por exemplo, como *Grande Sertão: Veredas*, do Guimarães Rosa, não vai sair um missionário. Mas tenho certeza que sua visão do mundo, sua consciência sofreu um pequeno abalozinho. Você passa a ter uma consciência melhor do que quem não leu.

Mas como chegar ao Grande Sertão quem não tem mínima formação intelectual e, às vezes, não consegue entender uma palavra mais difícil?

É preciso criar mecanismos para que a pessoa consiga entender um *Grande Sertão*, um *Dom Quixote*, de Cervantes, apresentar degraus. Então, para chegar ao *Grande Sertão*, a pessoa começa a ler *A Primeira Margem do Rio*, inicia um processo... O professor merece um investimento, é tão mal pago... Aqui a gente tem, por exemplo, um curso que se chama Formação de Educadores Brincantes, que é dado a alunos das escolas públicas e particulares. As pessoas se instrumentalizam por meio de cantos, de danças, do artesanato... É uma gotinha, mas, se forem muitas gotinhas, daqui a pouco vão se transformar num rio grande. E é isso que muda. É o conjunto que muda... Para as pessoas quererem um pouco mais, a gente tem que oferecer algo para estimulá-las a querer um pouco mais, como uma espécie de fermento. Se a pessoa começa a escutar o violão, o bandolim, aquilo começa a tocar sua emoção, porque sua sensibilidade de certa forma estava embrutecida. O ser humano precisa de fermento. ☺



A gente tem de estimular as pessoas a querer um pouco mais, como um fermento. Se a pessoa ouve o violão, o bandolim, aquilo passa a tocar na sua emoção, que estava meio embrutecida. O ser humano precisa de fermento

Mergulho nos



Por **Guilherme Bryan**

Evaldo Sérgio Vinagre Mocarzel, carioca de Niterói, é um dos mais premiados documentaristas brasileiros. Mas, antes de se tornar autor premiado até na Alemanha (49º Festival de Oberhausen 2003), este cineasta formado em 1982 quase desistiu do ofício no meio do caminho. “Com o início do governo Collor (1990-1992), o qual acabou com o cinema no país, fui forçado a mudar para o jornalismo. Só depois resgatei meu idealismo de fazer cinema”, conta Mocarzel.

Assim, seu primeiro filme foi realizado apenas em 1999 – o curta-metragem de ficção *Retratos no Parque* (*Pictures in the Park*) – resultado de um curso que fez durante três meses na New York Film Academy, nos Estados Unidos, com apoio do jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual trabalhou durante 15 anos. O curta retrata o confronto entre um morador de rua e um turista japonês no Central Park. E acabou inspirando o documentário *À Margem da Imagem*. Lançado como curta-metragem em 2001 e como longa dois anos mais tarde, recebeu 17 prêmios em festivais nacionais e internacionais.

“Fiquei três anos pesquisando o assun-

to e também focalizei o tema dos sem-teto, dos movimentos de moradia e ainda das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. A idéia era no final do filme ter um apêndice com a crítica dos próprios moradores à manipulação que eu havia feito com as imagens deles”, conta. “Fiz, então, uma primeira montagem e fui projetá-la num cinema para os personagens que tinham participado do filme.” O diretor lembra que, nessa exibição, lideranças dos movimentos de moradia pediram para sair do filme, porque os sem-teto não seriam moradores de rua, mas movimentos politicamente organizados que estavam fazendo justiça social, ocu-

fatos

Para o cineasta Evaldo Mocarzel, fazer documentário, mais que misturar cinema com jornalismo, é captar a profundidade da história



GERARDO LAZZARI

pando prédios abandonados na região central de São Paulo. “Com os catadores, aconteceu o mesmo: eles também não quiseram permanecer em *À Margem da Imagem*, argumentando que estavam organizados em cooperativas.”

O resultado é que Evaldo Mocarzel acabou idealizando uma “tetralogia da margem”, que – além de *À Margem da Imagem* – terá uma espécie de seqüência com *À Margem do Concreto*, sobre os sem-teto, lançado em março deste ano; *À Margem do Lixo*, que deve ser filmado em setembro e retratará os catadores de materiais reciclados; e *À Margem do Consumo*, que discutirá o consumismo do capitalismo

selvagem brasileiro a partir de um grupo de moradores de favelas de São Paulo.

O filme mais conhecido de Evaldo Mocarzel é *Do Luto à Luta* (2005), a respeito de pessoas com síndrome de Down, estrelado por sua filha Joana Mocarzel, a Clara da novela *Páginas da Vida*. “Quando minha filha Joana nasceu com síndrome de Down, meu mundo desabou e eu fiquei completamente perdido e catatônico. Passei por um processo de difícil aceitação daquela situação. Uma rejeição não necessariamente à minha filha, mas a uma situação de dor que invadiu minha vida e com a qual não queria conviver. Passados alguns meses, vi que havia sofrido estupidamente, por absoluta falta de informação”, recorda. Foi quando pensou em desmistificar o assunto. “O Manoel Carlos pediu para ver o filme e incluiu o tema na novela *Páginas da Vida*, o que ampliou diariamente para 60 milhões de pessoas o objetivo do documentário, que foi lançar um novo olhar sobre a síndrome de Down”, observa o cineasta.

Evaldo Mocarzel trabalha na montagem de vários novos documentários. Entre eles, *Brigada Pára-Quedista*, a respeito da tropa de elite do Exército brasileiro; *BR-3*, inspirado no espetáculo homônimo encenado no ano passado pelo Teatro da Vertigem em mais de quatro quilômetros do Rio Tietê e ganhador do Prêmio Shell; *O Cinema dos Meus Olhos*, em parceria com o realizador da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, Leon Cakoff, sobre a paixão pelo cinema a partir de entrevistas com críticos e cineastas; e *Cineastas de Periferia*, uma série de filmes sobre jovens de São Paulo que participam de oficinas de cinema coordenadas pelo cineasta Christian Saghaard para a Associação Cultural Kinoforum.

Mocarzel considera-se um documentarista acidental, mas diz que pretende fazer ficção em breve. “Aprendi a gostar muito dessa outra ficção de representação do real, que é a linguagem do documentário, uma espécie de híbrido de cinema com jornalismo. Só que um documentário não é de modo algum uma reportagem, em que temos de ouvir todos os lados envolvidos num assunto polêmico. No filme documentário, precisamos ser profundos no recorte histórico que fazemos do mundo e do tema que estamos focalizando”, finaliza. ☺

Premiado

■ À Margem do Concreto

Segundo de uma série de quatro filmes que pretende investigar as estratégias de sobrevivência de pessoas que vivem à margem da cidade de São Paulo. O anterior foi *À Margem da Imagem* (2003). Os próximos serão *À Margem do Lixo* e *À Margem do Consumo*. Candango de Ouro de melhor som no Festival de Brasília e de melhor filme pelo Voto Popular. Troféu Redentor de melhor documentário, no Festival do Rio. 2006. 85 minutos.

■ Do Luto à Luta

As limitações e potencialidades das pessoas com síndrome de Down. Grande vencedor do Cine PE-Festival do Audiovisual 2005: melhor filme, documentário, direção, fotografia (Carlos Ebert), montagem (Marcelo Moraes), Prêmio da Crítica e do Júri Popular. Ganhou também prêmio TV Cultura da 10ª edição do festival É Tudo Verdade, prêmio especial do Júri em Gramado e do Júri Popular do Festival do RJ. 2005. 75 minutos.

■ Mensageiras da Luz, Parteias da Amazônia

O conhecimento milenar e a dedicação das tradicionais parteiras do Amapá, estado com maior incidência de partos normais no Brasil (12%). Elas atravessam distâncias, ajudam no nascimento de bebês, passam a primeira semana de vida com eles e ainda fazem o cadastro dos nascimentos. 2004. Possui versões curta, de 15 minutos, e longa, de 72 minutos. Premiado em festivais em Belém, Pernambuco e Bahia.

■ À Margem da Imagem (2003)

Primeiro documentário da “tetralogia da margem”, aborda temas como exclusão, alcoolismo, loucura e discute a exploração da estética da miséria. Indicação ao Grande Prêmio Cinema Brasil de melhor documentário. Kikito de Ouro de melhor documentário, Festival de Gramado, e prêmio de melhor documentário no Festival do Rio. 2003. 72 minutos. Possui uma primeira versão em curta-metragem (2001), que ganhou 19 prêmios em festivais nacionais e internacionais, entre eles Menção Honrosa do Júri Oficial e do Júri Ecumênico no 49º Festival de Oberhausen 2003, na Alemanha.

O corpo educa

O coreógrafo Ivaldo Bertazzo trabalha corpos e mentes de adolescentes da periferia, e eles retribuem. Levam dança, arte, educação e cidadania de volta para sua comunidade

Por Xandra Stefanel

Silêncio total na coxia. Nem parece que atrás do palco há uma centena de moças e rapazes ansiosos para apresentar o resultado de meses de trabalho, ensaios e aprendizados. Enfim, as cortinas se abrem para as expressões extasiadas em seus corpos agora lapidados pela técnica da dança contemporânea. Eles fazem parte do Cidadança, projeto do coreógrafo Ivaldo Bertazzo para desenvolver a expressividade de adolescentes pelos caminhos da arte-educação.

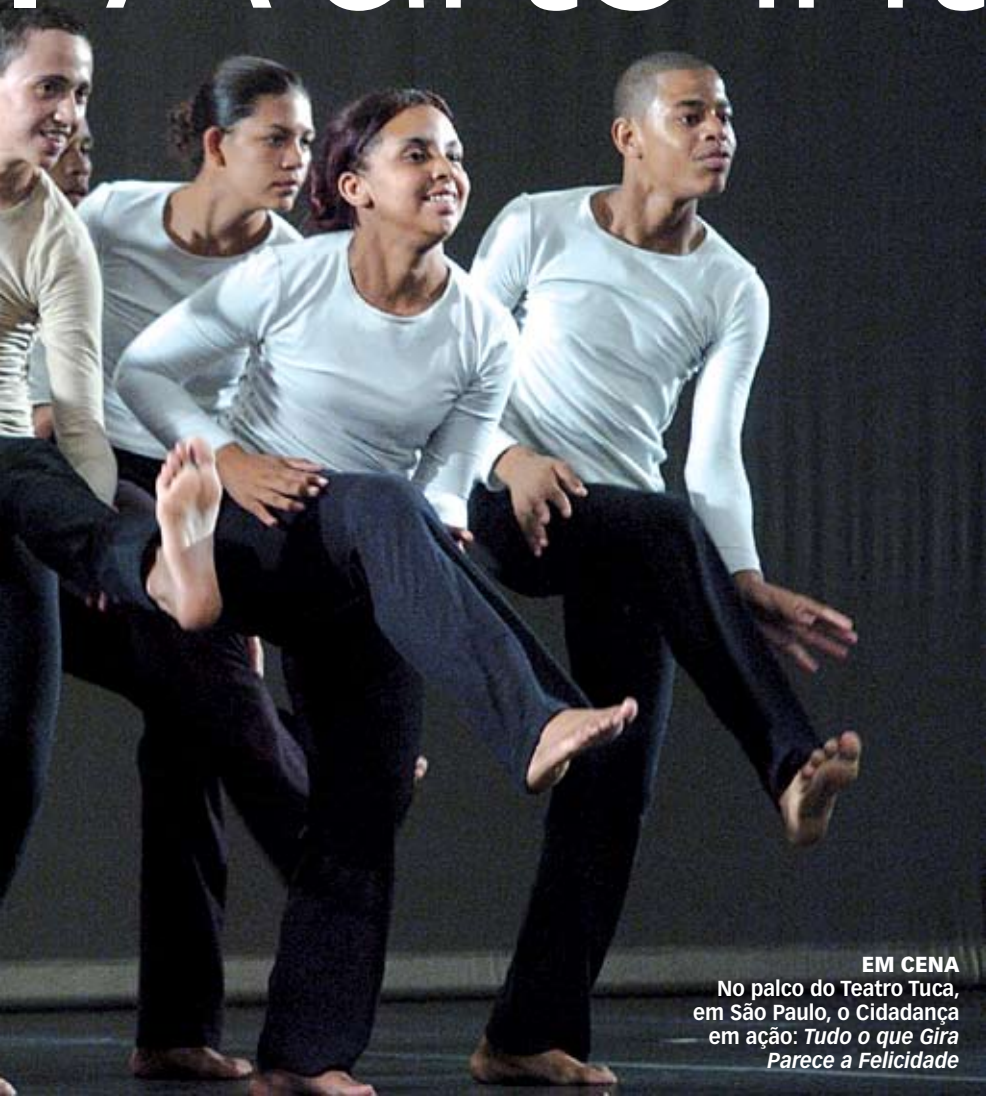
O espetáculo *Tudo o Que Gira Parece a Felicidade* começou a ser desenhado em agosto de 2006, parceria entre a Escola de Reeducação do Movimento Ivaldo Bertazzo, a Secretaria Especial para Participação e Parceria de São Paulo e a Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária. Os jovens foram selecionados por intermédio de organizações não-governamentais – em que atuavam como voluntários ou eram atendidos por algum programa dirigido a adolescentes moradores da periferia. De 500 indicações e inscrições, 100 foram escolhidos para integrar o projeto, culminado com apresentações no Teatro da Pontifícia Universidade Católica (Tuca), em maio. Durante esses meses, receberam bolsa de estudos, aulas de fisioterapia, linguagem, reeducação do movimento, além de assistência médica, dentária e psicológica. A precondição: ir bem na escola e manter o trabalho comunitário.

Laís Pereira Flávio, de 18 anos, foi uma das escolhidas. Na ONG Pequeno Prínci-



MARCELO MARAGNI/DIVULGAÇÃO

. A arte integra



EM CENA
No palco do Teatro Tuca,
em São Paulo, o Cidadança
em ação: *Tudo o que Gira
Parece a Felicidade*



PAULO PEPE

pe, em Parelheiros, zona sul de São Paulo, ajudava voluntariamente na horta e no reforço escolar, e passou a ensinar ciranda para crianças de 7 a 12 anos e dança contemporânea para adolescentes de 14 a 17. “É uma conquista aprender com o Ivaldo. E me ajudou a ter mais certeza de que quero fazer faculdade de Fisioterapia. Quero mostrar o que aprendi para pessoas que não tiveram possibilidade e mostrar que também na periferia tem muita cultura”, afirma a dançarina, ainda com o figurino do espetáculo.

Como Laís e os outros 99 integrantes do Cidadança, seus professores vieram igualmente de bairros distantes. Em maio de 2003 uma seleção trouxe 41 jovens de 14 a 29 anos para fazer 32 horas semanais de curso de reeducação do movimento e coordenação motora, complementados com aulas de canto, percussão, ritmo, lingüística, saúde e história da dança. Eles faziam parte do projeto Dança Comunidade/Sesc. Nove desses jovens, hoje bailarinos profissionais da companhia de Ivaldo Bertazzo, deram aula para a turma do Cidadança.

PAULO PEPE

MARCELO MARGINI/DIVULGAÇÃO



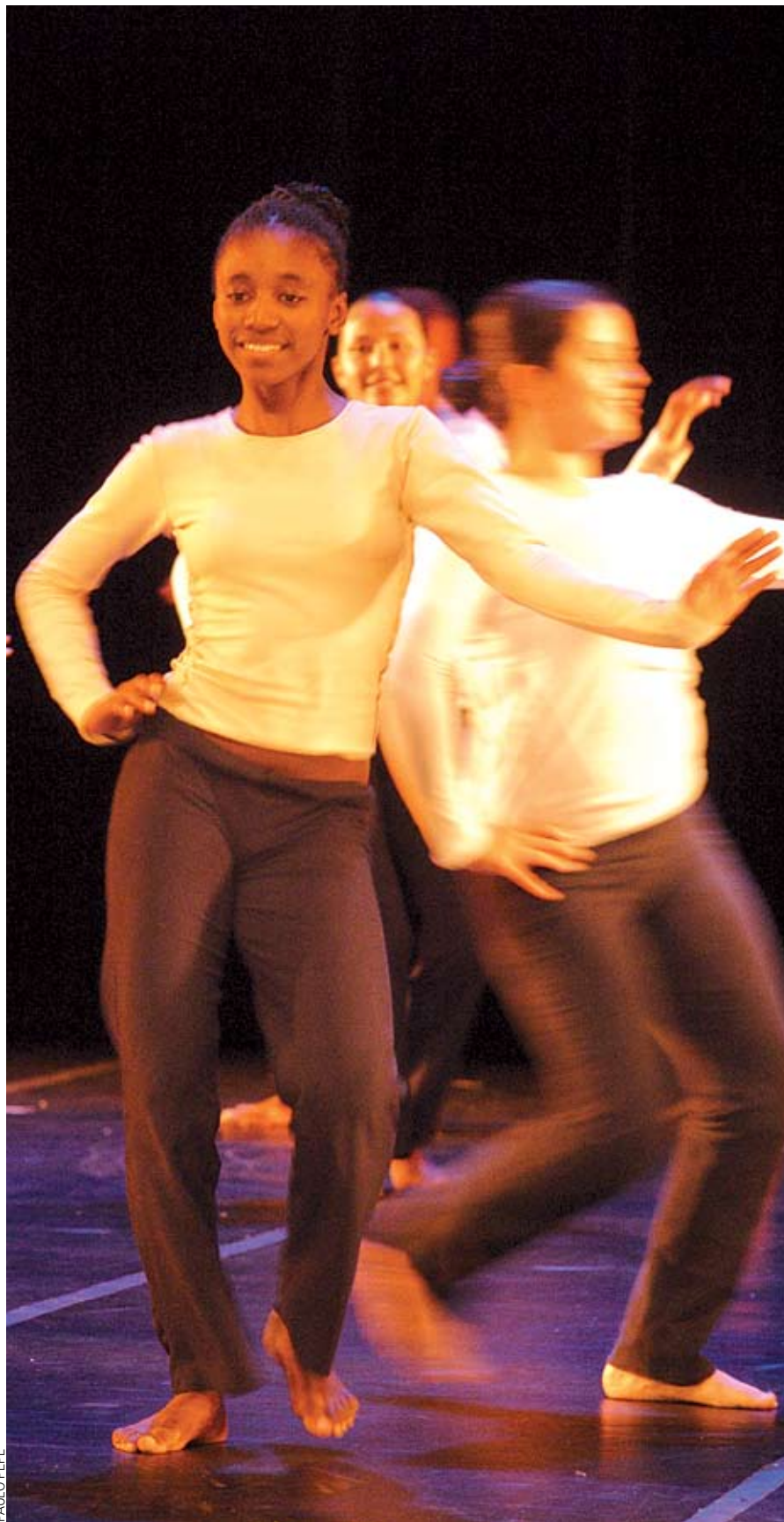
Onde tudo começou

Em 1999 Bertazzo foi estudar o corpo brasileiro em favelas do Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro. Ele diz que o corpo da periferia tem uma expressão completamente distinta e era necessário saber que exercícios esse corpo precisa para que a pessoa se desenvolvesse também intelectualmente. “Esse corpo diferente só é possível quando você o coloca no mesmo patamar que o dos bailarinos. A estranheza de trazer o entendimento de outras culturas no seu corpo por meio da experiência musical e expressiva é uma pororoca, e é isso que fortalece sua expressão. Só aí seu *hip-hop* poderá trazer alguma riqueza para sua comunidade”, garante.

O coreógrafo afirma que não faz esse trabalho para evitar que jovens entrem no universo da violência e das drogas, mas sim para somar com o ensino público, ou seja, com aquilo que a escola não tem tempo nem ferramenta para fazer: “Na verdade, arte-educação é trabalhar de mãos dadas com o sistema de educação e saúde. Eu não estou ensinando a dançar. Isso é ilusão. O trabalho com arte-educação é um atalho para o aprendizado, e se não fosse isso estaríamos usando mal o dinheiro do projeto e viciando esses jovens em assistencialismo”.

Uma das mudanças perceptíveis nos dançarinos é a linguagem verbal. Bertazzo diz que, por mais que sejam ótimos com a dança, eles se sentem deficientes quando abrem a boca e não conseguem se comunicar. Por isso mantém um professor de linguagem na grade do projeto. Grade extensa, que mudou a rotina dos adolescentes. Laís tinha de acordar às 4h30 da manhã para se locomover de Parrelheiros até o bairro São Judas e chegar com ânimo para um dia e tanto.

Com Lucas Ribeiro Saraiva, 18 anos, aconteceu o mesmo. Com o tempo preenchido pelas aulas do projeto na parte da manhã, o trabalho na ONG Arrastão à tarde e os estudos do último ano do ensino médio à noite, não tinha tempo de pensar “besteira”. Quando descobriu em seu bairro a ONG em que trabalha Rubão, coreógrafo e instrutor de percussão com instrumentos reciclados, foi indicado para um teste no Cidadança. “Descobri um universo diferente, terminei o colegial e não sabia o que fazer da vida. Hoje



PAULO PEPE

RESPEITO CONQUISTADO Tamires começou a dançar aos 5 anos em um projeto social na comunidade de Eldorado, em Diadema. Mais tarde, ensinou crianças de 7 a 12 anos na ONG Casulo e conquistou respeito e reconhecimento da comunidade. Hoje, aos 17, é séria candidata a uma vaga na companhia de Bertazzo

A ARTE DE EDUCAR

Bertazzo: "Na verdade, arte-educação é trabalhar de mãos dadas com o sistema de educação e saúde. É um atalho para o aprendizado"



PAULO PEPE

sei que quero fazer Fisioterapia. É meu sonho e era o da minha mãe, que não teve essa chance”, emociona-se o pupilo.

Rubens Oliveira Martins, de 21 anos, conquistou o respeito de seus iguais, o que Bertazzo considera importantis-

simo no desenvolvimento do que chama de “pequenos jovens professores”, os profissionais formados pelo projeto Dança Comunidade. Rubão mora no Campo Limpo, na zona sul de São Paulo, e percorreu os mesmos trajetos que Lucas

quando começou. Filho e irmão de músicos, fez piano, violão e canto, mas aos 14 anos conheceu a *street dance* (dança de rua). “Era um hobby. Daí comecei a dar aula no Arrastão. Em 2002 fui ver o espetáculo do Ivaldo e dos meninos da Maré e no ano seguinte soube do teste para o projeto. Não é fácil, uma pessoa oferece algo e ajuda a lutar por coisas que você não conhece e você conseguir se encontrar”, diz. Rubão já viajou com a companhia para diversos estados e também para França e Holanda.

Em 2006, com dois espetáculos no currículo, *Samwaad* e *Milágrimas*, Ivaldo Bertazzo decidiu profissionalizar os dançarinos do Dança Comunidade. Rubão retribuiu. “Meu tempo é escasso, mas não me afastei da ONG, vou reproduzir o que aprendi aqui para minha comunidade. Os meninos do Arrastão que eu trouxe para o Cidadança me ajudarão”, garante, para felicidade de Lucas.

Karla Fernanda Bacellar, 23 anos, bailarina profissional, começou em 2003 com uma bolsa de 200 reais e hoje é parte do corpo da companhia de Ivaldo Bertazzo, salário de 700 reais. E corre para dar conta da agenda lotada. Era professora de dança contemporânea na Fundação

GOL DE DANÇA

Karla se profissionalizou. Dá aulas e também estuda Psicologia. Quer aprender o método de Bertazzo para aplicá-lo nas aulas de dança contemporânea da Fundação Gol de Letra



PAULO PEPE

Gol de Letra, que a indicou para fazer o teste para o Dança Comunidade. Mantive as aulas do projeto, as do ensino médio e as que dava para crianças da fundação. Em 2004 conseguiu bolsa numa faculdade de Psicologia. E continua no projeto, e mantém o voluntariado, e não desiste do sonho: aprender o método de Bertazzo e levá-lo de volta para a Gol de Letra. “A dança tem tudo a ver com a psicologia, nela você também explora seus sentimentos, conhece seus limites e se mostra para o outro.”

Ao ver o sonho do Cidadança chegando ao fim, Silvana Cabral dos Santos, 18 anos, espera conseguir alcançar o êxito de Karla: ter um lugar na companhia e na universidade. Sil fazia o curso de agente jovem na ONG Ação Cidadania, em Cidade Tiradentes, zona leste, quando participou da seleção. Caiu no choro ao saber que tinha sido selecionada. “Meu sonho sempre foi entrar na companhia. Meu pai é ex-detento, está desempregado e minha mãe é professora em uma creche. Se fosse para pagar, nunca entraria nessa escola.”

Nada é impossível

Silvana pensa em fazer Fisioterapia, ensinar reeducação do movimento em ONGs e para alunos com deficiência. As aulas do projeto mudaram seu modo de agir. Depois de conhecer museus de São Paulo, passou a levar a família para também “se alimentar” de arte. “Eu não tinha acesso a museus, como o da Faap e o da Língua Portuguesa, e passei a frequentar esse universo. Quem sabe não realizo meu sonho de entrar na companhia? Já vi que nada é impossível.”

Ivaldo Bertazzo também acha que não. Quer fazer novas coreografias para outros jovens, continuar o trabalho, man-



PAULO PEPE

ORGULHO Laís: “Quero mostrar o que aprendi para pessoas que não tiveram possibilidade e mostrar que também na periferia tem muita cultura”

ter aberto o caminho da companhia para novos bailarinos. “Sempre farei testes com esses jovens da periferia porque lá se dança muito mais que na classe média. Quem está na periferia faz menos aulas de inglês, recuperação de matemática, tem menos condição de lazer, não tem oportunidade de ir ao cibercafé. Do lado

de cá, peca-se por excesso disso tudo”, afirma o coreógrafo.

Candidata a um futuro lugar ao lado de Rubens e Karla, Tamires Souza dos Santos, de 17 anos, já prefere ser chamada pelo nome artístico: Tamires Ballerini. Começou a dançar aos 5 anos em um projeto social na comunidade de Eldorado, em Diadema. Mais tarde, ensinou crianças de 7 a 12 anos na ONG Casulo e conquistou respeito e reconhecimento da comunidade. O fim do projeto Cidadança é apenas o começo de uma nova trajetória: “As crianças da minha comunidade precisam ter acesso ao que aprendi”. Caçula de cinco irmãs dançarinas, cresceu envolvida com a arte e aprende a superar os naturais conflitos da adolescência. “Hoje sou mais tolerante com quem é diferente de mim.” Sonha entrar na Cia. Ivaldo Bertazzo ou no grupo Corpo. “No Corpo exigem clássico, mas discordo que seja essencial. Essencial é a técnica, e isso vou desenvolver cada vez mais”, promete a dançarina, que também quer fazer faculdades de Dança, Jornalismo e Serviço Social.

Com o final do Cidadança, os 100 alunos devem apresentar um projeto para aplicar o que aprenderam nas comunidades de origem. “Agora os meninos precisam correr atrás. Têm de vir outros. Se tivéssemos mais trabalhos como esse poderíamos até ficar mais tempo com eles, mas em um ano já deu para perceberem razoavelmente o que é trabalhar em equipe, respeitar o parceiro ao lado e se colocar em um grupo via palavra, texto e gesto”, afirma Bertazzo. ☺☺☺

ENCONTRO

Rubens: “Não é fácil, uma pessoa oferece algo e ajuda a lutar por coisas que você não conhece e você conseguir se encontrar”



PAULO PEPE



PAULO PEPE

Um banquinho, uma guitarra

Sergio Baptista Coelho começou a tocar aos 15 anos. Os pais não punham fé. Preferiam que levasse adiante o curso de Eletrotécnica. Mas desde que ouviu pela primeira vez os discos de Brenda Lee e Elvis Presley, Sergio Bap já sabia o que queria da vida. Ele prefere mostrar o trabalho ao público eclético das ruas a aceitar os baixos cachês pagos nos bares e bailes. Depois de anos em calçadas cariocas, iniciou turnê em São Paulo. No último dia 24 de maio, estava com seu banquinho, a caixa de som e uma guitarra Fender branca, aos “pés” do imponente prédio da Bolsa de Valores de São Paulo, no Largo do Café. Direto da Cidade Maravilhosa para a Terra da Garoa, o *bluesman* quer se mudar de vez.

“Nós deveríamos nos mobilizar para conseguir cachês dignos. Prefiro trabalhar debaixo de sol e chuva a tocar de madrugada por tão pouco. Escolhi ser músico de rua e não me arrependo”, afirma. Bap gravou sete discos, que vende durante as apresentações. Calcula que desde o primeiro disco, produzido em 1997 e na época distribuído em fitas cassete, vendeu cerca de 40 mil cópias. Sola com estilo. A intimidade com as cordas lhe confere autoridade para dedilhar clássicos de Eric Clapton, Santana, BB King, Stevie Ray Vaughan e outros deuses. E, se nem todo mundo desembolsa os 15 reais por um CD, olhares de espanto e prazer do público já lhe bastam para alimentar o sonho de montar uma banda. Enquanto isso, palmas para Sergio Bap. ☺

Um pouco da história de alguns

Sempre digo que não acredito em médicos que não conversam com pacientes, que não os tocam, que não têm visão humanística, que não sabem que do outro lado, antes de carne e osso, há alma

Num desses programas televisivos de perguntas e respostas, o candidato precisava dizer qual das quatro capitais apresentadas não é “insular”. Toda vez que se faz uma pergunta aparentemente complicada nesses programas, é batata! Nos dias seguintes, as pessoas me bombardeiam. Não foi diferente com “insular”. Foram tantos os que me interrogaram, que consegui até memorizar as quatro cidades listadas no programa: Rio de Janeiro, São Luís, Vitória e Florianópolis.

Como não consigo responder a nada sem antes entrar no mérito da questão, perguntei a meus vários inquisidores o que é uma península. Cada um a seu modo, alguns souberam dizer que “península” significa “porção de terra cercada de água por todos os lados, menos por um”. Pois então, disse eu, se essa porção de terra fosse cercada de água por todos os lados, não seria uma península; seria uma ilha. Ao pé da letra, “península” significa “quase ilha”. Esse “pene” de “península” vem do latim, significa “quase” e é o mesmo de “penúltimo” (“quase último”) ou “penumbra” (“quase sombra”).

O elemento “insula”, também latino, é o que dá origem, por exemplo, a “ilha” e a “isolar”. Estar ilhado não é o mesmo que estar isolado? A esta altura, deve ter ficado claro que “insular” se refere a “ilha”. As tais



capitais insulares nada mais são do que capitais que ficam em ilhas. A resposta à questão formulada na tevê, portanto, é Rio de Janeiro.

Finalmente chegamos ao ponto-chave: as palavras podem ser desmontadas. É possível “descobrir” seu sentido a partir desse desmonte e da análise do significado de cada elemento formador. Será que o “rino” de “rinoceronte” é o mesmo de “otorrinolaringologia”? É, sim. “Rino” vem do grego e significa “nariz”, mas a surpresa não pára aí. Na formação de “rinoceronte”, temos ainda o elemento grego “kéras”, “kératos”, que, em medicina, encontra-se, por exemplo, em “ceratite” (equivalente de “ceratomalácia” ou “ceratomalácia”). E que significa esse elemento? Nada mais do que “chifre”, “corno”, “córnea”. O rinoceronte tem um corno no nariz; a ceratite é uma lesão na córnea. Se os oftalmologistas sempre explicassem a seus pacientes que “ceratite” nada tem que ver com “cera”, não os

termos médicos

deixariam intrigados e doidos de vontade de fazer uma certa perguntinha: “Mas cera não é no ouvido?”

E a bendita capital insular? De que serviu, afinal? Usei a história só para introduzir o assunto? Também, mas não só. Sabe, caro doutor, por que a insulina tem esse nome? Alguma relação com a “ínsula”, do latim? Sim! Criado por franceses, o termo designa um hormônio pancreático, secretado em áreas do pâncreas denominadas “ilhas de Langerhans”.

O fato é que os termos médicos não necessariamente vêm de um mundo à parte; muitas vezes vêm do vocabulário comum, da vida comum, do dia-a-dia. Por que será que os nódulos têm esse nome? Não será porque “nódulo” é diminutivo de “nó”, assim como “glóbulo” (de “glóbulos vermelhos”) é diminutivo de “globo”? E por que depois dos 40 padecemos do que vulgarmente se chama de “síndrome do braço curto”, cujo nome técnico é “presbiopia”? Teria o nome desse mal alguma relação com “presbítero”? Certamente, sim. Em “presbiopia”, temos a associação do elemento grego “presbí”, que significa “velho”, “ancião”, com “opia”, também grego, que significa “vista”, “olho”. Como se vê, “presbiopia” significa “vista de ancião”, ou “olho de velho” ou... Cada um faça a combinação que quiser. Bem, antes que me esqueça, em “presbítero” temos o elemento grego “tero”, que indica noção de comparação. Ao pé da letra, “presbítero” significa “mais velho”. A palavra é usada

para designar sacerdotes, padres. Entre os presbiterianos, o presbítero é o elemento escolhido pela congregação para ser o chefe.

Em meio ao emaranhado de termos técnicos, muitas vezes o médico não se dá conta de que, por trás do nome de um órgão ou de uma doença, pode haver uma história, pode haver um pouco da própria história do homem. E aí pode estar um bom começo para uma boa conversa entre médico e paciente. Sempre

digo que não acredito em médicos que não conversam com pacientes, que não os tocam, que não têm visão humanística, que não sabem que do outro lado, antes de carne e osso, há alma.

“Alma”, por sinal, vem do latim “anima” (“sopro”, “ar”, “alento”, “princípio de vida”). Seus correspon-

dentes de origem grega são pelo menos dois: “psico” (também “sopro”) e “timia” (“alma”, “espírito”, “emoção”, “coração”, “afetividade”, como define o Houaiss). “Psico” se costuma usar como antepositivo (como em “psiquiatria” e “psicoterapia”); “timia”, como pospositivo (como em “ciclotimia” e “lipotimia”).

Ia-me esquecendo de dizer que a parte dos estudos lingüísticos que se ocupa da origem e da evolução das palavras é a “etimologia”. Essa palavra é parecida com “etiologia”, muito usada em medicina. Fazem parte de “etiologia” os elementos gregos “etio”, que significa “causa”, e “logia”, que significa... Bem, doutor, agora é com você. ☞☞☞

As palavras podem ser desmontadas. É possível “descobrir” seu sentido a partir desse desmonte e da análise de cada elemento formador



Pasquale Cipro Neto é professor de Língua Portuguesa, idealizador e apresentador do programa *Nossa Língua Portuguesa*, da TV Cultura



WILTON JUNIOR/AE



CULTURA
Durante a Flip, Paraty ganha ainda mais charme. Os leitores estão em todos os lugares

LUCIANA MATOS/DIVULGAÇÃO

Passeio pela literatura

Festa literária internacional, em julho, reúne autores e leitores de todas as tribos e dá um toque multicultural ao charme de Paraty

Por Joás Ferreira de Oliveira

Paraty realiza este ano a sua quinta edição da Festa Literária Internacional (Flip). Uma legião de escritores e milhares de leitores, brasileiros e estrangeiros, forma uma grande roda de conversação que leva um clima multicultural à tradicional cidade histórica do li-

toral fluminense. Nas ruas de calçamento rústico e esquinas de casarões coloniais, o assunto que predomina durante esses dias é a literatura. A Flip já pode ser equiparada aos principais festivais literários realizados em países como Inglaterra, Canadá, Alemanha, Austrália, Escócia, entre outros.

“Seu reconhecimento se deu pela qualidade dos autores convidados, pelo en-





ANA CAROLINA FERNANDES/FOLHA IMAGEM

Programação

A quinta Flip já tem 19 convidados estrangeiros confirmados. Os dois maiores destaques vêm da África do Sul e ganharam o Prêmio Nobel: Nadine Gordimer, em 1991, e J.M. Coetzee, em 2003. “Como acontece desde a primeira edição, a lista de convidados tem grandes nomes da literatura mundial e autores muito respeitados lá fora, mas ainda pouco conhecidos por aqui. Essa mescla é uma marca registrada da Flip”, conta o jornalista Cassiano Elek Machado, diretor de programação do evento. O cronista e dramaturgo Nelson Rodrigues (1912-1980) será o autor homenageado. As edições anteriores lembraram Vinicius de Moraes, Guimarães Rosa, Clarice Lispector e Jorge Amado.

Saiba mais

Festa Literária Internacional:
de 4 a 8 de julho

- www.flip.org.br
- www.pmparaty.rj.gov.br (24) 3371-1844
- Associação Casa Azul (24) 3371-7082



WALTER CRAVEIRO/DIVULGAÇÃO



UIDETIMAR/FOLHA IMAGEM

Homenageado

O texto literário continuará existindo daqui a 1.200 anos. Ele não morre, porque se ele morrer o mundo começará a morrer junto.
Nelson Rodrigues



LUCIANA SERRA/DIVULGAÇÃO

PARA TODOS A cidade exala cultura por todos os cantos e arredores e fica difícil passar por uma rua em que não esteja acontecendo alguma coisa interessante, no espaço público, numa pousada, numa galeria de exposições, num restaurante ou numa livraria



VANDER FORNAZIERI

tusiasmo do público e pela descontraída hospitalidade da cidade”, destaca Cristina Maseda, coordenadora de comunicação e do programa educativo da Associação Casa Azul, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que concebeu o evento e responde por sua realização. O objetivo, além de mostrar a verdadeira vocação da cidade para o turismo cultural, é fazer com que o evento se enraíze cada vez mais em Paraty, envolvendo a comunidade.

A Associação Casa Azul acredita que a Flip não é um evento de apenas cinco dias, mas um movimento cultural que mexe com a cidade durante o ano todo. Exemplo disso é o surgimento de um programa educativo que prevê a capacitação de educadores das escolas municipais e estaduais objetivando, principalmente, incentivar o hábito da leitura.

A cidade recebe, durante a Flip, cerca de 12 mil pessoas, das quais se calcula que duas em cada dez são estrangeiras. O evento propicia o desenvolvimento sustentável local e imprime uma ação positiva à economia da cidade, com impacto social e cultural. A população e a comu-

nidade econômica em geral já vêm a Flip (que é realizada no período de baixa temporada, em pleno inverno) como o mais importante evento turístico da cidade, superando em resultados econômicos até os principais apelos da alta temporada, que são o Carnaval e o Réveillon.

Para o presidente da Associação Comercial e Industrial de Paraty (Acip), Carlos José Gama Miranda, a Flip é um movimento cultural de altíssimo nível que traz turismo de qualidade: “Antes, a cidade não tinha nada no período em que a Flip é realizada. Depois, passou a ter um balão de oxigênio para suportar os efeitos da queda de negócios decorrentes da baixa temporada. A festa divulga o nome da cidade para o Brasil e o mundo e deixa reflexos favoráveis para o restante do ano”.

Eventos paralelos

Além das atividades principais, a Flip possibilitou e incentivou o surgimento de eventos paralelos que envolvem escolas, professores, alunos e a comunidade social e comercial de Paraty. A Flipinha, para as crianças, é uma daquelas iniciativas que

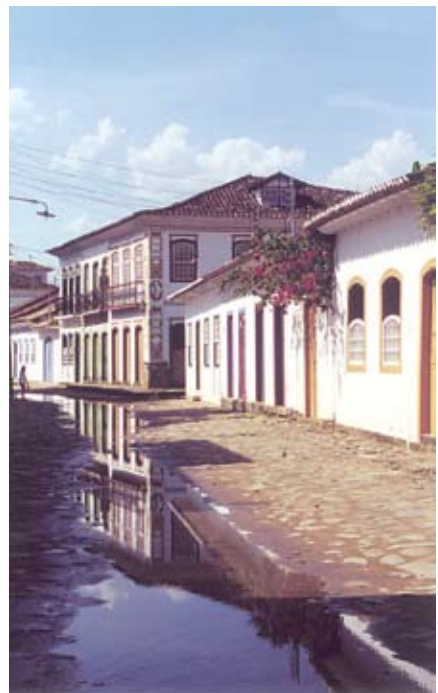
crecem expressivamente a cada ano. Nela se apresentam os resultados do programa educativo realizado durante todo o ano com as escolas do município.

O tema deste ano é educação patrimonial, no qual 13 escolas escolheram um bem de Paraty para ser pesquisado, estudado e sugerido como patrimônio cultural e histórico. Entre esses bens, já se sabe que uma das escolas está pesquisando o manê de bacía, doce típico da região feito com farinha de trigo e melado de cana-de-açúcar. O resultado final do programa de educação patrimonial será resumido em apresentações artísticas e instalações que serão desenvolvidas durante a próxima Flipinha.

Outro evento paralelo que ganhou força é a chamada Off-Flip, iniciativa da comunidade que prevê diversas atividades durante o evento principal. A cidade exala cultura por todos os cantos e arredores e fica difícil passar por uma rua em que não esteja acontecendo alguma coisa interessante, no espaço público, numa pou-

sada, numa galeria de exposições, num restaurante ou numa livraria.

O gerente de hotel Syllas Esteves Jerônimo, que também é editor de livros, organiza uma biblioteca infantil que fica permanentemente à disposição de crianças e filhos de hóspedes. “Os livros são arrecadados diretamente dos muitos autores que, durante a Flip ou no decorrer do ano, passam pela pouxada para desenvolver oficinas de criação”, explica Syllas Jerônimo. O fotógrafo italiano Giancarlo Mecarelli prepara uma exposição de imagens feitas pelo jornalista e fotógrafo Eder Chiodetto, publicadas no livro *O Lugar do Escritor*, que retratam o ambiente em que diversos escritores trabalham – de Adélia Prado a João Cabral de Melo Neto, de Haroldo de Campos a Lygia Fagundes Telles, de Ariano Suassuna a Paulo Lins. A Nova Paraty, única livraria da cidade, promove lançamentos, como o do livro *Hayek no Brasil*, de Cândido Mendes Prunes. ☛



VANDER FORNAZIERI

PATRIMÔNIO O objetivo da Flip, além de mostrar a vocação da cidade para o turismo cultural, é fazer com que o evento se enraíze cada vez mais em Paraty



Sem perder a ternura

A ONG Diadema 21 programou uma série de apresentações do show *Canções da Resistência*, do cantor e compositor Ernesto Guevara. Filho de metalúrgico ativista morto pela repressão em 1971, Ernesto viveu fora do país com a mãe e o irmão até 1979. No exílio conheceu as canções de protesto brasileiras e latino-americanas, agora parte do repertório que levará aos teatros municipais das sete cidades do ABCD. Mauá (6/6), São Caetano (13), Rio Grande da Serra (19), Diadema (20), São Bernardo (26), Ribeirão Pires (27) e Santo André (4/7). Ingresso: 1 quilo de alimento.



REPRODUÇÃO

Masp, segunda-feira grátis

O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, mais importante coleção do hemisfério sul, considerada tesouro da humanidade, abriga obras de Rafael, Botticelli, Bellini, Rembrandt, Frans Hals, Velázquez, Goya, Delacroix, Renoir (*Rosa e Azul*, ao lado), Manet, Monet, Cézanne, Degas, Van Gogh, Toulouse-Lautrec. A exposição *Darwin, Descubra o Homem e a Revolucionária Teoria Que Mudou o Mundo* vai até 15/7 (www.darwinbrasil.com.br). Às segundas, das 14h às 18h, é grátis. Demais dias: 9h às 19h, exceto terças e quintas (até 22h). R\$ 15, R\$ 7 (estudante) e grátis para menores de 10 e maiores de 60 anos. Bilheteria fecha uma hora antes. Av. Paulista, 1.578, (11) 3251-5644.

Poesia e voz poderosas

Simone Guimarães, nascida na pequena Santa Rosa de Viterbo (SP), canta e toca desde os 8 anos. Venceu festivais e aos 19 já atuava profissionalmente. A temática interiorana e a relação com a natureza estão sempre presentes em suas canções. Seu sétimo CD, *Flor de Pão* (Biscoito Fino), mantém a genialidade das trilhas com grandes parcerias: Toninho Horta, Dori Caymmi, Milton Nascimento, Guinga, Leila Pinheiro, Francis Hime, Renato Braz. A originalidade autoral de Simone faz de *Flor de Pão* um CD especial. R\$ 32.



Caipira com orgulho

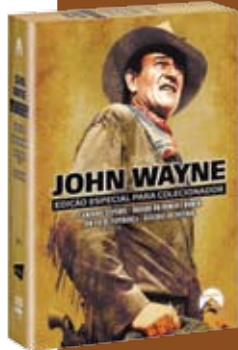
Cláudio Lacerda é ex-integrante da Orquestra Paulistana de Viola Caipira e extensão de uma linhagem de músicos como Renato Teixeira, Almir Sater, Paulo Simões e tantos outros que perpetuam a história da música caipira no Brasil. Seu show *Alma Caipira*, com participação de Pena Branca, Cris Aflalo e Victor Batista, há dois anos homenageia grandes compositores com suas obras pouco tocadas e pouco gravadas mas historicamente essenciais para os apreciadores do gênero. História que, em breve, vai virar livro-almanaque organizado pelo cantor e pesquisador. Por enquanto, vale conferir o CD. R\$ 25.



Doce cotidiano

A cantora e compositora Marcia Cherubin tem uma bem-estruturada carreira numa multinacional do setor automotivo, onde é gerente regional de vendas. Não vive de música, mas já fez mais de uma centena delas. Compõe sem pressa, sem concessões e com sensibilidade genuína. Seu CD *Pobre Chão* tem influências da bossa nova e da MPB rebelde da década de 60. O resultado é um olhar doce e criativo sobre o cotidiano. Vendas: www.marciacherubin.com.br (R\$ 20 mais despesas postais).





John Wayne, 100 anos

Chega este mês a caixa especial com os filmes *Caminhos Ásperos*, *Geleiras do Inferno*, *Quando um Homem é Homem* e *Um Fio de Esperança*, em edições especiais para colecionador. O lançamento celebra o centenário de John Wayne. O ator estreou em 1930, no épico *A Grande Jornada*, de Raoul Walsh, fracasso de bilheteria. A partir de *No Tempo das Diligências*, de John Ford, 1939, vira o herói do Velho Oeste americano. Numa carreira de 50 anos, foi protagonista em 142 filmes. Caixa (ao lado) com quatro filmes: R\$ 90.

Orelhada musical

O site NaOrelha (www.naorelha.com.br) é uma revista eletrônica multimídia sobre música que traz artigos sonoros, reportagens e entrevistas de músicos e bandas do cenário musical brasileiro independente. Denomina-se a primeira revista online de conteúdo sonoro e de cultura brasileira. Até o final de abril a página abrigava quase 40 arquivos multimídia e o mais visitado foi o da cantora Céu. A agenda de shows, festas, lançamentos, cursos e workshops é atualizada semanalmente.

Para sempre mutantes

Eles estão de volta, mas o que fizeram durante três décadas de sumiço? O livro *A Volta dos Mutantes*, da jornalista, historiadora e dramaturga Paula Chagas Autran (Editora Publisher Brasil, 120 páginas), revela o que rolou – resultado de 30 horas de entrevistas e muita pesquisa. São 52 histórias hilárias, polêmicas e instigantes, entre 1973 e 2007. Projeto gráfico ousado e mais de 100 fotos ajudam a contar a trajetória da banda. R\$ 35.



O bom cinema brasileiro

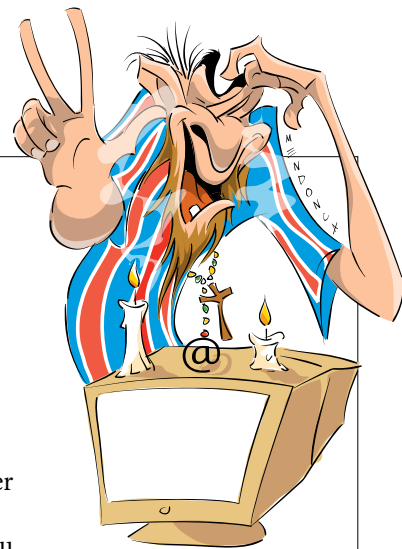


O CineB é um projeto do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, em parceria com a produtora Brazucah. O objetivo é a democratização do acesso ao cinema brasileiro. Serão quatro sessões mensais até dezembro. Três delas exibirão longas-metragens em sedes regionais da entidade ou em espaços comunitários locais. Uma das sessões será de curtas-metragens, no Café dos Bancários (Rua São Bento, 413), Centro de São Paulo. A entrada será aberta ao público. Programação no www.spbancarios.com.br e reservas pelo telefone (11) 3188-5200.



Duras memórias

Ousar Lutar – Memórias da Guerrilha Que Vivi, de José Roberto Rezende e Mouzar Benedito (Boitempo Editorial, 232 páginas), relata os traumas vividos nos porões da ditadura por Rezende. O texto, simples e direto, lembra os que participaram da resistência contra uma ordem que machucou o país. R\$ 32.



O primeiro Brasileiro

Ele foi o legítimo vencedor na época em que o campeonato brasileiro dava seus primeiros passos. Na falta do reconhecimento da CBF, fica aqui essa modesta homenagem

Quando cheguei à casa de Zé Cabala, o grande vidente, o supino telefonista dos espíritos, ele roncava estirado numa rede:

- Mestre?
- Anh? O quê? Eu vou pagar, eu vou pagar!

- Sou eu, mestre.
- Ah... sei... Quem você quer entrevistar hoje?
- O pessoal da *Revista do Brasil* me pediu um texto sobre o primeiro campeão brasileiro.
- Já lhe falei que o preço da consulta aumentou?
- De novo?
- Sabe como é, essa política cambial...
- Tudo bem, vamos lá.

Sem sair da rede, o supino MSN das almas deu uns tremeliques. Eu sabia que aquilo significava que algum jogador estava baixando. Esperava que o espírito tivesse um sotaque mineiro, mas o que ouvi foi um cumprimento assim:

- Diga aí, meu rei!
- É... O senhor jogou no Atlético?
- Afe!, só se foi no de Alagoinhas!
- Deve ter havido um engano, eu preciso escrever sobre o primeiro campeão nacional, e qualquer um sabe que esse time foi o Atlético Mineiro em 1971.
- Não, senhor, foi o Bahia em 1959!
- Perdão, mas aquilo era a Taça Brasil.
- E a Taça Brasil era o quê, meu bom? Campeonato regional?
- Não, era nacional.
- Pois então. Olhe, a edição de 1959 teve 16 participantes. E não era timinho, não, meu nego, era Santos, era Grêmio, era Vasco, era briga de cachorro grande!
- Desculpe, estou falando com quem?
- Com o grande Biriba. Quer dizer, grande como jogador, porque eu era baixinho.
- O senhor era ponta-esquerda, não era?
- Era. Fiz 113 gols pelo Bahia. E olhe que comecei tarde no futebol. Eu jogava lá na areia de Itapuã, mas aí o pessoal insistiu tanto que fui fazer teste no Bahia. E passei. Isso foi em 54. Eu já tinha 26 anos. Em compensação joguei até os 40.
- Pois não, senhor... Biriba. Então o Bahia precisou enfren-

tar grandes esquadrões para ser campeão?

- Primeiro a gente passou pelo CSA, depois pelo Ceará e aí decidi a vaga do Grupo Norte contra o Sport. Ganhamos por 3 a 2 em casa, mas tomamos uma piaba de 6 a 0 no Recife.
- E onde foi a negra?
- Foi comprar pão e já volta. Eh! Eh! Eh! Desculpe a piada, velho, baiano é assim mesmo. Mas, falando sério, a negra foi na Ilha do Retiro. Aí nós lavamos a jega: 2 a 0.
- Depois veio quem?
- O Vasco, todo cheio de gueriguéri. Ganhamos a primeira lá no Rio, perdemos a segunda na Fonte Nova e aí, na Fonte Nova de novo, ganhamos o desempate por 1 a 0.
- A final foi contra o Santos, não foi?
- Santos, não, demônios! Aquele foi um dos maiores times de todos os tempos: Manga; Getúlio, Urubatão, Formiga e Dalmo; Zito e Jair da Rosa Pinto; Dorval, Coutinho, Pelé e Pepe.
- Foram três jogos de novo?
- Claro, meu rei. A glória para ser gloriosa tem que ser difícil. Metemos 3 a 2 na Vila Belmiro, perdemos por 2 a 0 na Fonte Nova e aí, no desempate, em casa, metemos 3 a 1.
- Caramba!
- Olhe, eu respeito o Atlético Mineiro, mas os primeiros campeões brasileiros não foram eles, não, foram Nadinho; Leone, Henrique, Vicente e Beto; Flávio e Bombeiro; Marito, Alencar, Léo e euzinho, o Biriba.
- Realmente foi uma grande vitória!
- Menino, prefiro dizer que foi um triunfo, um grande êxito.
- O senhor não gosta da palavra vitória?
- Não muito.
- Agora me diga uma coisa: o que o senhor acha do Bahia atualmente?
- Naquele momento Zé Cabala começou a emitir os famosos zumbidos, como óóóin, bzzz e tu-tu-tu... Com tantos anos de visitas eu já sabia que aquilo significava a perda do contato e o fim da entrevista. Pois bem, cara leitora e barato leitor, eis aí a verdade: pensei que ia escrever uma matéria sobre o Atlético Mineiro e acabei falando do Bahia. Tudo bem, o tricolor merece. ☺



José Roberto Torero é escritor, roteirista de cinema e TV (*Pequeno Dicionário Amoroso, Retrato Falado*), colunista de Esporte na *Folha de S.Paulo* e blogueiro (blogdotorero.blog.uol.com.br)